

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
Escola Superior de Gestão e Tecnologias de Santarém



**POLITÉCNICO
DE SANTARÉM**

**A Contabilidade no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça nos
Finais do Século XVIII**

Dissertação

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Norberto Augusto Pinto Miranda

Orientação:

**Professora Doutora Maria Leonor Romão Carreiro Fernandes Ferreira da
Silva**

Dezembro, 2022

"Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objeto singular, um amigo - é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda!"

Antoine de Saint-Exupéry

Agradecimentos

A realização e conclusão da presente dissertação de Mestrado marca o fim de um capítulo importante na minha vida e este capítulo contou com a influência de algumas pessoas a quem para sempre estarei grato e que guardarei num lugar especial no meu coração.

À Professora Maria Leonor Romão Carreiro Fernandes Ferreira da Silva, um especial obrigado por todo o apoio, opiniões, críticas construtivas, palavras de incentivo e esforço que me demonstrou e que me dava mais vontade para acabar este projeto.

À Professora Ana Costa e ao Professor Rui Robalo, um obrigado por me terem acompanhado em todo o percurso, desde a Licenciatura até à conclusão do Mestrado, não só enquanto professores, mas também com a voz da razão. Souberam sempre como ajudar qualquer que fosse a situação. Estarei também sempre grato a todos os restantes professores que gastaram tempo e, acredito eu, paciência para me guiar, ensinar e me ajudar a chegar onde estou.

Agradeço também à Associação de Estudantes e à Comissão de Praxe da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, e aos seus membros, estruturas do Instituto das quais fiz parte e onde guardo na memória muitos dos melhores momentos que tive durante este percurso. Um obrigado especial a amizades que nasceram numa cidade longe de casa, mas que, certamente, serão de pessoas que irão caminhar sempre ao meu lado e não-de dar-me a mão em tempos de maiores dificuldades. Anselmo Rodrigues, Rodrigo Francisco, Pedro Ferreira, Ruben Duarte, entre outros que não irei mencionar, mas que sabem a importância que tiveram e têm para mim.

Como se guarda o melhor para o fim, agradecer aos meus Pais, sem eles não conseguiria ultrapassar este obstáculo. Agradecer por toda a paciência, companheirismo, apoio incondicional e conselhos. Ao meu irmão e à minha cunhada por sempre terem uma palavra a dizer e me animarem em momentos menos bons. A conclusão deste trabalho é dedicada a vocês!

Resumo

Ligar a contabilidade à religião é uma área que solicita mais investigação e, nesse sentido, pronunciaram-se vários investigadores apelando a que fossem elaborados trabalhos científicos sobre a história da contabilidade num contexto religioso. Assim, o objetivo desta dissertação é caracterizar o sistema contabilístico nos últimos tempos de existência do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (entre 1783 e 1789). Após uma breve descrição da vida do Mosteiro, procede-se à análise de dois Livros de Bolsaria que contêm registos de todas as despesas e receitas do Mosteiro. Adotando uma metodologia qualitativa e o método do estudo de caso, conclui-se que era utilizado o regime de partidas simples e o registo numa base de caixa pois os movimentos apenas eram registados quando ocorriam os recebimentos e os pagamentos. As contas estavam organizadas por centros de despesa, permitindo assim conhecer as principais atividades económicas do Mosteiro, assim como as principais fontes de gastos. Por outro lado, possibilitava melhor controlo dessas mesmas atividades.

Palavras-chave: Contabilidade Monástica; História da Contabilidade; Religião; Portugal; Mosteiro de Alcobaça

Abstract

Linking accounting to religion is an area that calls for more research and, in this sense, several researchers have spoken out calling for scientific works to be prepared on the history of accounting in a religious context. Thus, the objective of this dissertation is to characterize the accounting system in the last times of existence of the Monastery of Santa Maria de Alcobaça (between 1783 and 1789). After a brief description of the life of the Monastery, two Bolsaria Books are analyzed, which contain records of all expenses and income of the Monastery. Based on a qualitative analysis and the case study methodology, the single-entry bookkeeping was used and registration on a cash basis was used, as movements were only registered when receipts and payments occurred. It is concluded that the accounts were organized by expense centers, thus allowing to know the main economic activities of the Monastery, as well as the main sources of expenses. On the other hand, it allowed better control of these same activities.

Keywords: Monastic Accounting; Accounting History; Religion; Portugal; Monastery of Alcobaça.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo.....	iv
Abstract	v
Índice de Tabelas	viii
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Gráficos	viii
Índice de Acrónimos, Siglas e Abreviaturas	ix
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	3
2.1. Panorâmica da Investigação sobre Contabilidade e Religião	3
2.2. Estudos de Contabilidade Monástica no Estrangeiro	6
2.3. Estudos de Contabilidade Monástica Portuguesa.....	8
3. Breve História da Vida no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.....	11
3.1. Origens do Mosteiro e da sua Organização.....	11
3.2. Ordem de Cister e Vida do Mosteiro de Alcobaça.....	15
3.3. Acontecimentos Marcantes nos Séculos XVIII e XIX	17
4. Metodologia	20
4.1. Questões de Investigação.....	20
4.2 Fontes de Dados	21
4.3 História de Contabilidade Tradicional e Nova História da Contabilidade	22
5. Resultados e Discussão.....	24
Q1: Quais os livros que eram escriturados?.....	24
Q2: Como se encontrava organizada a contabilidade?	26
Q3: Quem tinha a responsabilidade de prestar contas?.....	27
Q4: Com que periodicidade eram prestadas as contas?.....	28
Q5: Como estava organizado o livro da Bolsaria?	29
Q6: Qual era a composição das despesas do Mosteiro?.....	30
Q7: Qual era a composição das receitas do Mosteiro?	32
Q8: Qual o equilíbrio entre despesas e receitas do Mosteiro?	35
6. Conclusão.....	37
6.1. Contributo	37
6.2. Limitações do Estudo.....	39
6.3. Sugestões para Investigações Futuras.....	39

Bibliografia	41
Anexo	48
Anexo I - Teorias Explicativas Usadas em História da Contabilidade	48

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Excerto do Livro “Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas” de Gonçalves da Silva (1985).....	1
Tabela 2 - Estudos estrangeiros sobre História da Contabilidade Monástica.....	7
Tabela 3 - Estudos sobre Contabilidade Monástica fora de Portugal ..Error! Bookmark not defined.	
Tabela 4 - Tipos de Livro no Mosteiro	25
Tabela 5 - Organização da Contabilidade no Mosteiro de Alcobaça.....	27
Tabela 6 - Tipologia das Receitas e Despesas do Mosteiro	30
Tabela 7 - Despesas anuais por centro de despesa em reais	31
Tabela 8 - Registo das Receitas do Mosteiro em reais	33
Tabela 9 - Registo das Receitas do Mosteiro em reais (triénio abril de 1789 a abril de 1792)	34
Tabela 10 - Balanço de Receitas e Despesas do Mosteiro em Reais.....	35

Índice de Figuras

Figura 1 - Mosteiro de Alcobaça.....	11
Figura 2- Excerto da carta de doação e couto redigida por D. Afonso Henriques ao abade Dom Bernardo do mosteiro de Claraval.....	12
Figura 3 - Planta do Mosteiro de Alcobaça (1989)	14
Figura 4 - Excerto do Livro “Colleção de Decretos e Regulamentos Publicados Durante o Governo da Regência do Reino” de 1829	19
Figura 5 - Excerto do Livro de Bolsaria de 1783 do capítulo "Termos".....	26
Figura 6 - Excerto do Livro de Bolsaria de uma renda em 1783.....	34
Figura 7 - Excerto Livro de Bolsaria de uma renda em 1789.....	35

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Repartição das Despesas por Centro de Despesa (1783 e 1792).....	31
Gráfico 2 - Comparação entre Receitas e Despesas.....	36
Gráfico 3 - Evolução de Rácio Receitas/Despesas do Mosteiro	36

Índice de Acrónimos, Siglas e Abreviaturas

ANTT	- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNP	- Biblioteca Nacional de Portugal
CC	- Contabilista Certificado
CD	- Centro de Despesa
CEO	- Chief Executive Officer
NHC	- Nova História da Contabilidade

1. Introdução

Apesar da grande importância das instituições religiosas na sociedade, e ao longo dos tempos, tem-se observado um reduzido interesse em estudar a contabilidade no contexto dessas instituições (Cordery, 2015). Ligar a contabilidade à religião é, assim, uma área que reclama mais investigação e nesse sentido se pronunciaram já vários investigadores. Apelando a que fossem elaborados trabalhos científicos sobre a história da contabilidade em contexto de religião, Carmona e Ezzamel (2006), por exemplo, chamaram a atenção para o interesse do conhecimento da relação entre a contabilidade e as instituições religiosas.

É conhecido um estudo, não aprofundado, sobre os gastos e rendimentos do Mosteiro de Alcobaça. Trata-se de um curto texto inserido como capítulo no livro “Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas”, de Gonçalves da Silva (1985). O texto faz referência às receitas e despesas do Mosteiro de Alcobaça no ano 1684. A Tabela 1 é um excerto do livro acima referido e permite conhecer quais as receitas e as despesas do Mosteiro de Alcobaça nesse ano:

Tabela 1 - Excerto do Livro “Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas” de Gonçalves da Silva (1985)¹

Receitas	
Rendas, foros, laudémios, etc	33180\$129 reais
Despesas	
Gastou-se em 12437 galinhas, 9131 frangos, 280 perús, 106023 ovos, além de 1400 galinhas e 70 frangos que se receberam de foros	2034\$684 reais
Gastou-se em 444 carneiros	520\$158 reais
Gastou-se em 308 bois que entraram alguns de ceva	1408\$970 reais
Gastou-se em 85 porcos	234\$832 reais
Gastou-se em peixe fresco	1180\$217 reais
Gastou-se em peixe seco	12\$820 reais
Gastou-se em 192 arrobas de arroz	155\$553 reais
Gastou-se em especiarias	151\$210 reais
Gastou-se em almudes de vinho que se comprou cosido em mosto	547\$204 reais
Gastou-se em 466 almuder de vinagre	104\$660 reais
Gastou-se em 466 almuder de vinagre	238\$850 reais

¹ A moeda na altura era denominada *Reais*. A conversão era 1000 *Reais* = 1 Escudo.

Fonte: Gonçalves da Silva (1985)

Este excerto do livro aguçou-nos o apetite pelo estudo da temática do sistema contabilístico das instituições religiosas e é uma prova, ainda que muito incompleta, da contabilidade praticada no Mosteiro de Alcobaça no ano 1684, século XVII. Portanto, bem antes da abertura da Aula de Comércio, instituição criada no tempo do Marquês de Pombal, onde se iniciou o ensino do Método das Partidas Dobradas em Portugal.

Acredita-se que para compreender o presente, e melhor planear o futuro, é preciso estudar e conhecer o passado (Belkaoui, 2000). Parafrazeando Jaime Lopes Amorim (1929, p.12) “(...) para se simpatizar com a contabilidade é necessário conhecê-la primeiramente.”

Os mosteiros tinham grande importância na idade Média e na Idade Moderna, em termos religiosos, económicos, financeiros, sociais e até políticos. Em particular, o interesse pelo Mosteiro de Alcobaça, considerado uma das Sete Maravilhas de Portugal², deve-se a ser um dos mais antigos e mais ricos Mosteiros de Portugal, e por se saber que existem registos que, possivelmente, não foram lidos na perspetiva e com a extensão que se desenvolve nesta investigação.

Gonçalves da Silva (1985), no brevíssimo capítulo que, à laia de ‘curiosidade e velharia’ dedicou à contabilidade praticada no Mosteiro de Alcobaça no ano de 1684, salienta o interesse em explorar e estudar o tema. No entanto, este mosteiro ainda não terá sido, tanto quanto nos é possível saber, objeto de um estudo mais aprofundado no âmbito da História da Contabilidade.

Num pequeno contributo, este trabalho responde ao repto do Professor Gonçalves da Silva, e propõe-se analisar livros e registos contabilísticos do Mosteiro de Alcobaça, elaborados no final do século XVIII, em período posterior ao funcionamento da Aula de Comércio de Lisboa. Assim, surge a curiosidade de saber se se manteve assim até ao ano extinção ou se algo foi alterado. Esta dissertação acrescenta à história da contabilidade monástica em Portugal, um estudo que permite um melhor conhecimento sobre a vida do Mosteiro e a contabilidade nele em uso.

Como metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa, uma abordagem que é sobejamente utilizada em temas referentes a contabilidade, pois apesar de lidar com números, a contabilidade é uma ciência social. A pesquisa baseia-se em análises que

² Fonte: <https://projetos.7maravilhas.pt/portfolio-items/mosteiro-de-alcobaca-alcobaca/>

salientam características que não seriam visíveis com uma pesquisa quantitativa. Este trabalho assenta na recolha de dados de fontes documentais (manuscritas) e na análise de informação documental. Como método de investigação, recorre-se ao método bibliográfico, encontrando-se as principais fontes primárias de dados em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas também na Biblioteca Nacional de Portugal. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo tivemos acesso a grande parte da informação que analisámos tais como os livros de Bolsaria, onde se registavam as receitas e as despesas do Mosteiro, documentos sobre doações e heranças, cartas do Rei para o Mosteiro com comunicados, entre outros. Na Biblioteca Nacional de Portugal foi possível consultar documentos também sobre doações e cartas tanto do Rei para o Mosteiro como de França (Claraval) para o Mosteiro.

Esta investigação está estruturada em seis capítulos. No primeiro capítulo, a *Introdução*, anuncia-se o propósito do estudo, justifica-se a escolha do tema e delimita-se o objeto da pesquisa. No Capítulo 2 apresenta-se a *Revisão de Literatura* no qual se esboça uma posição temporal de contabilidade e religião e ainda se referem os estudos nacionais e internacionais elaborados no mesmo tema. No Capítulo 3 *Breve História e Vida no Mosteiro* apresentam-se aspetos relacionados com a ordem de Cister e o dia-a-dia dos monges. O Capítulo 4 *Metodologia* adotada, estabelece as questões de investigação, as variáveis e os níveis de análise, descreve as fontes de dados e faz-se a comparação entre História de Contabilidade Tradicional e Nova História da Contabilidade. O Capítulo 5 *Resultados e Discussão* apresenta as respostas às questões de investigação e nele se discutem os resultados alcançados. A finalizar, o Capítulo 6 *Conclusão* resume o contributo do estudo, refere-se às limitações sentidas na investigação e aponta algumas sugestões para futuras investigações.

2. Revisão de Literatura

2.1. Panorâmica da Investigação sobre Contabilidade e Religião

Crê-se que o conceito de Contabilidade tenha surgido nos primórdios da civilização humana, ou seja, há aproximadamente 8000 anos. Admite-se que, na Antiguidade, os primeiros povos que mostraram desenvolvimentos nesta ciência tenham sido os egípcios, os gregos e os romanos.

Segundo Napier (2006), o estudo da História da Contabilidade começou por ser realizado apenas por curiosos e investigadores fascinados por história. Crê-se que o termo “história científica” tenha surgido no século XIX como consequência dos estudos desses investigadores. Os estudos de História da Contabilidade cingiram-se, inicialmente, à evolução das técnicas contabilísticas e à análise do estudo de alguns autores antigos, mas, ao ser uma ciência em mudança e desenvolvimento, o âmbito dos estudos foi alargado e a História da Contabilidade começou a ser considerada em áreas como a gestão e organização das empresas (Hernandez-Esteve, 2000).

Uma das motivações de investigação nesta área é o querer desmistificar, perceber e registar as alterações na contabilidade ao longo dos anos, explicando as mudanças e identificando as causas de terem acontecido tais mudanças. Outra grande motivação para o estudo da História da Contabilidade é querer aprofundar os conhecimentos no como e porquê a Contabilidade está inserida nas mais variadas áreas (Carnegie e Napier, 1996, p.29).

Com o passar dos anos e com a evolução em todas as áreas, a investigação contabilística não iria ficar estagnada. Littleton (1970) defendia que, para perceber as mudanças do meio envolvente, ajudava perceber as mudanças na contabilidade através do estudo e da investigação de teorias gerais antigas. Em 1970, a *American Accounting Association* (AAA, Associação Americana de Contabilidade) acrescentou dois motivos às razões que justificam que se estude a História da Contabilidade, sendo uma delas intelectual e a outra utilitária. Intelectual, porque aprofunda o conhecimento sobre práticas e pensamentos do passado, o que permite assim identificar o porquê de a mudança ter acontecido de maneira progressiva, como é que esta mudança aconteceu e o que se alterou no seu meio envolvente. Utilitária, porque é possível usar estes conhecimentos adquiridos nas práticas e pensamentos antigos e aplicá-los na atualidade para resolver algum tipo de problema. No mesmo relatório, é referido ainda que “História da Contabilidade é o estudo da evolução do pensamento contabilístico, práticas, e instituições em resposta à mudança das necessidades da sociedade e do meio envolvente.” (Associação Americana de Contabilidade, 1970, p.53).

Foi já no século XXI que a investigação em História da Contabilidade se desenvolveu. Esta área de estudo observou um incremento significativo entre os anos 2005

e 2008, período em que os estudos de história da contabilidade se multiplicaram e expandiram, tendo surgido autores com obras sobre Portugal, tais como o estudo comparativo de Carmona (2007) com o estudo de Contabilidade de Gestão em França, Itália, Portugal e Espanha. Por sua vez, Faria (2008) realizou uma revisão da investigação da história da Contabilidade em Portugal. Este último trabalho procurou analisar os estudos elaborados no âmbito da história da contabilidade em Portugal entre os anos de 1990 a 2004 e perceber quais os subtemas mais estudados nesta área e se seria uma área com tendência para aumentar a curiosidade de investigadores.

Os estudos que ligam a contabilidade e a religião não se esgotam na contabilidade monástica. Os estudos sobre contabilidade monástica focam-se em instituições de ordens religiosas diversas e abarcam períodos diferentes.

Relativamente à Idade Média, entre os séculos V e XV, os trabalhos de Dobie (2008; 2011; 2015), o primeiro consiste numa análise da Contabilidade no Priorado da Catedral de Durham entre os anos de 1278 e 1398 (Dobie, 2008). O segundo é uma revisão da conta de doadores do mesmo Priorado entre os anos de 1294 e 1433 (Dobie, 2011). No estudo de 2015, Dobie investiga como os capítulos gerais e provinciais influenciam o controlo contabilístico, financeiro e de gestão dos mosteiros beneditinos na Inglaterra entre os anos de 1215 e 1444 (Dobie, 2015).

Na Idade Moderna, desde o século XV até ao ano 1789, investigações como a de Llopis et al. (2002), onde estuda as “Folhas de Gado” do Mosteiro de Guadalupe nos anos de 1597 a 1784, folhas estas que eram um instrumento contabilístico fundamental para as decisões económicas. e o estudo de Maté et al. (2008), onde investiga a Contabilidade, informação e que controlo era tido em várias atividades económicas durante a Idade Moderna no Mosteiro de Silos.

Na Idade Contemporânea, desde o ano 1789 até à atualidade, estudos como o de Navarro (2010), que estuda as alterações na Contabilidade Monástica na transição do antigo para o novo Regime e de Prieto et al. (2006), onde o autor investiga a evolução da Contabilidade desde o século XVIII até ao fim dos Mosteiros, no século XIX, no Mosteiro de Silos.

2.2. Estudos de Contabilidade Monástica no Estrangeiro

A maioria dos estudos conhecidos focam-se em instituições localizadas em Itália, Espanha, França, Inglaterra e Portugal. Fora da Europa, são conhecidos poucos estudos, sendo de salientar um estudo dos Mosteiros do Sri Lanka (Gregory e Liyanarachchi, 2009), que identifica práticas contabilísticas, mas também as práticas de auditoria em uso num período mais antigo, entre os anos 815 e 1017 a.C.

Gregory e Liyanarachchi (2009) analisaram o processo de arquivamento e alguns manuscritos, tendo concluído que os monges budistas eram obrigados a manter todos os registos contabilísticos, os quais eram anualmente lidos em voz alta na praça pública. Estes mesmos registos funcionavam como um consolo para a reputação do Mosteiro e o bem-estar entre monges, seus líderes e a população. Gregory e Liyanarachchi (2009) acrescentam ainda que “a prevalência de práticas contabilísticas e de auditoria no antigo Sri Lanka reforça a teoria de que a origem da manutenção de registos e práticas contabilísticas remonta a tempos antigos.” (Gregory e Liyanarachchi, 2009).

Os estudos de contabilidade monástica realizados em países europeus cobrem várias ordens religiosas. São mais os que analisam conventos e mosteiros das ordens de Cister e dos Beneditinos e menos os que estudam mosteiros da ordem dos Jerónimos.

Enquanto umas vezes os estudos sobre contabilidade monástica se confinam a aspetos estritamente contabilísticos, outras vezes estendem-se a outros âmbitos, quer da área da gestão quer de outras áreas de conhecimento.

Por exemplo, o estudo sobre o Mosteiro de Verona da ordem dos Servitas (Leardini e Rossi, 2013) não se limitou a aspetos contabilísticos, tendo um âmbito mais alargado, procurando conhecer se existiu e qual foi o impacto da contabilidade praticada no mosteiro sobre relações entre as pessoas na organização.

A investigação do Mosteiro de Silos da ordem dos Beneditos analisou as atividades praticadas no mosteiro, tanto económicas como financeiras, bem como os procedimentos e sistemas contabilísticos (Maté, Prieto e Tua, 2008). Anteriormente Maté, Prieto e Tua (2006) analisaram os livros de contabilidade utilizados no Mosteiro e concluíram que existiam livros de receita e de despesa de várias categorias. Segundo Maté et al. (2006), o Mosteiro de Silos usava um sistema de partidas simples (*Charge-Discharge*), um sistema

também muito utilizado por departamentos governamentais e pelas instituições públicas até ao século XIX. Este sistema simples proporcionava apenas uma visão geral das receitas e das despesas incorridas durante um determinado período. O interesse pelo Mosteiro de Silos iniciou-se pela análise da atividade financeira do mesmo realizada por Lorenzo et al. (2004) entre o século XVII e XIX. Ao analisar o livro “censos”, os autores concluem acerca de como o Mosteiro formou o seu rendimento nesses períodos e quais foram as atividades mais lucrativas do Mosteiro nesse tempo.

Posteriormente, num novo estudo, Maté, Prieto e Tua. (2008) observaram o sistema contabilístico utilizado pelos monges do Mosteiro para mostrar a utilidade dos registos e de que modo controlavam as várias atividades económicas. Os rendimentos neste Mosteiro encontravam-se classificados em três grandes grupos: um primeiro onde se inseriam as rendas e a exploração da terra e do gado, um segundo com os rendimentos provenientes de atividades religiosas e o terceiro que incluía as doações. Alguns dos centros de despesa eram o boticário, armazém e sacristia, os quais refletem as atividades desenvolvidas pelos monges.

Na Tabela 2 resumem-se os principais estudos sobre Contabilidade Monástica realizados sobre mosteiros e conventos fora de Portugal.

Tabela 2 - Estudos estrangeiros sobre História da Contabilidade Monástica

Autor	Mosteiro (Ordem)	Ordem	País	Período	Objetivo
Llopis et al. (2002)	Guadalupe	Ordem dos Jerónimos	Espanha	1597-1784	Análise da "Folha de Gado"
Lorenzo et al. (2004)	Silos	Ordem dos Beneditos	Espanha	1665-1835	Comparação, análise, interpretação e quantificação de cada atividade; diferentes tipos de renda
Fernandez et al. (2005)	Oseira	Ordem de Cister	Espanha	1614-1832	Evolução das regras ao longo do tempo relacionado com regulamento; supervisão; contas de controle
Maté et al. (2004)	Silos	Ordem dos Beneditos	Espanha	Século XVIII	Estudo da atividade financeira com recurso aos Livros de Contas
Maté et al. (2005)	Silos	Ordem dos Beneditos	Espanha	"Regime Antigo"	Observar o complexo sistema de escrituração; mostrar a utilidade do registo e controlo de uma variedade atividades económicas

Maté et al. (2008)	Silos	Ordem dos Beneditos	Espanha	"Regime Antigo"	Estudo do sistema contabilístico
Liyanarachchi (2009)	Mosteiros Budistas		Sri Lanka	815-1017	Análise do diário e do livro-razão e o uso do método de dupla-entrada.
Montrone e Chirieleison (2009)	Abadia de São Pedro em Perugia	Ordem dos Beneditos	Itália	1461-1464	Análise do diário e do livro-razão e o uso do método de dupla-entrada.
Leardini e Rossi (2013)	Santa Maria della Scala em Verona	Ordem dos Servitas	Itália	Idade Média	Se e qual o impacto da contabilidade praticada afetava as relações entre as pessoas numa organização

2.3. Estudos de Contabilidade Monástica Portuguesa

Os mosteiros portugueses têm sido objeto de investigação no âmbito da história da contabilidade nos anos mais recentes, tendo surgido algumas dissertações de mestrado, defendidas em várias universidades portuguesas, com especial destaque para a Universidade do Minho, mas também na Universidade do Porto e na Universidade Nova de Lisboa. São de referir os estudos sobre o Convento de Arouca (Brandão, 2005), o Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo da ordem dos Beneditos (Araújo, 2010), o Mosteiro de São Jorge de Coimbra da ordem dos Cónegos Regrantes (Gomes, 2011), o Mosteiro dos Jerónimos da ordem dos Jerónimos (Martins, 2010) e, não sobre Mosteiros, mas de referência por pertencer à área que o Mosteiro de Alcobaça cobria, as práticas contabilísticas na Diocese de Santarém (Carvalho, 2019). Salienta-se que o Convento de Arouca que pertence à mesma ordem monástica que o Mosteiro de Alcobaça, em estudo nesta investigação.

São também conhecidos artigos publicados em revistas científicas, tais como a *De Computis Journal*, a *Accounting History Journal*, *Accounting Historians Journal* três revistas científicas especializadas em História da Contabilidade.

A Tabela 3 apresenta uma sistematização de alguns estudos sobre história da contabilidade monástica portuguesa.

Tabela 3 - Estudos sobre História da Contabilidade Monástica Portuguesa

Autor	Mosteiro	Ordem	País	Período	Obetivo
Oliveira (2005)	Arouca	Cister	Portugal	1786-1825	Estudar a organização, economia e estruturas hierárquicas; fontes de rendimento e despesa; tomada de decisões; controlo interno
Martins (2010)	Jerónimos	Jerónimos	Portugal	1833	Identificar as práticas contabilísticas e de auditoria
Araújo (2010)	Santa Ana de Viana do Castelo	Beneditos	Portugal	Séc. XVIII - XIX	Analisar o sistema contabilístico
Gomes (2011)	São Jorge de Coimbra	Cónegos Regrantes	Portugal	1257-1259	Identificar gastos e rendimentos
Ribeiro (2015)	Nossa Senhora dos Remédios	Franciscana	Portugal	Séc. XVIII- XIX	Analisar livros de contabilidade e controlo interno
Malheiro (2018)	São Salvador de Palma	Beneditos	Portugal	Séc. XVIII	Estudar a organização de livros de contabilísticos
Gomes et al. (2022)	Santa Anna	Beneditos	Portugal	Séc. XVIII	Analisar a ligação entre governação e contabilidade nas organizações Beneditas.

Em Portugal, a história da contabilidade nas últimas décadas tem sido uma área de estudo cada vez mais abordada por vários autores, com expressão em dissertações de mestrado e também teses de doutoramento.

O Mosteiro de Santa Ana de Viana de Castelo foi objeto de estudo por Araújo (2010) que, através da análise dos livros de contabilidade, concluiu, acerca da organização que o Mosteiro “assentava em dois órgãos, um financeiro, a “Arca do Depósito”, para as entradas e saídas de dinheiro, e outro de armazenamento, o “Celeiro”, para as entradas e saídas em espécie.” (Araújo, 2010, p.76). O autor refere ainda que existia um livro para registar as visitas ao Mosteiro (“Livro das Visitações”) e um livro onde se apontavam as aprovações de contas (“Livro de Receita e Despesa”).

Numa investigação sobre o Mosteiro de São Jorge de Coimbra, Gomes (2011) analisou um documento do século XIII, referente ao período 1257-1259, onde aparecem mencionados gastos e rendimentos provenientes das várias áreas do Mosteiro. Esses

recebimentos poderiam ser pagos em géneros alimentares, animais, e até em escravos, mas no Mosteiro procuravam sempre receber as quantias em moeda. No final desse documento aparece um manuscrito retratando todas as dívidas do Mosteiro. O autor acrescenta ainda que é notável nos manuscritos alguma “incapacidade de gestão e até de abuso de exercício de autoridade, por parte do prior-mor, demonstrável nas rendas que não se cobravam” (Gomes, 2011, p. 11).

Num outro estudo, sobre a contabilidade do Mosteiro dos Jerónimos, Martins (2010) revelou que a contabilidade e prestação de contas assentavam em cinco livros diferentes, um para cada área de atividade do Mosteiro e onde estão incluídos três livros de despesas e receitas. Martins (2010) observou que “o ano contabilístico tinha a duração de um ano, de outubro a setembro” (Martins, 2010, p. 25) e usava o sistema de “*Charge-Discharge*”, tal como no Mosteiro de Silos, em Espanha (Lorenzo et al., 2004; Maté et al., 2005).

A maioria dos estudos conhecidos sobre contabilidade monástica elegeram o Século XVIII e o Século XIX, talvez pelo facto de os manuscritos serem mais compreensíveis ou mais facilmente legíveis, talvez por haver mais informação, mas também por ter sido a data próxima da extinção dos Mosteiros.

A literatura sobre contabilidade monástica portuguesa inclui estudos da Ordem de Cister, sendo eles o Mosteiro de Arouca. Existem outros mosteiros pertencentes a esta ordem, tais como o Mosteiro de Lorvão, o Mosteiro de Celas e o Mosteiro de Alcobaça que é objeto de estudo desta dissertação. Mas não temos conhecimento de terem sido elaborados estudos sobre a contabilidade destes mosteiros na literatura portuguesa, para além do brevíssimo texto de Gonçalves da Silva. Posto isto, esta pesquisa será a terceira de que temos conhecimento relativa à contabilidade monástica em instituições desta ordem, não sendo o Mosteiro de Alcobaça um mosteiro mais presente na literatura portuguesa porque muitos dos documentos e registos de épocas passadas foram usados para fogueiras ou mesmo destruídos (Rodrigues, R., 2017).

Assim sendo, este estudo propõe-se analisar os registos contabilísticos do Mosteiro de Alcobaça, elaborados no final do século XVIII com o objetivo de contribuir para o aprofundamento do conhecimento do Mosteiro, da vida praticada pelos monges, perceber como eram registadas as despesas que suportavam e as receitas que auferiam, como

mantinham um controlo sobre as mesmas, quem prestava estas contas e a quem eram prestadas.

3. Breve História da Vida no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

3.1. Origens do Mosteiro e da sua Organização

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, ou simplesmente Mosteiro daqui em diante neste trabalho, foi fundado por D. Afonso Henriques por via de carta de doação e couto no dia 8 de abril de 1153, concedida a D. Bernardo que era um abade do Mosteiro de Claraval (França). Tinha o propósito que ele promovesse o povoamento e o cultivo dos terrenos conquistados aos muçulmanos.

O Mosteiro, cuja imagem se mostra na Figura 1, foi a primeira obra construída em Portugal inteiramente ao estilo gótico e constitui um dos mais importantes exemplos deste estilo no país.

Figura 1 - Mosteiro de Alcobaça



(Fonte: <https://www.idealista.pt/en/news/lifestyle-portugal/2019/07/31/393-unesco-world-heritage-sites-portugal-photo-tour-all-17>)

Em 1157 chegaram a Alcobaça os primeiros monges provenientes de Claraval. Ficaram alojados próximo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e do lugar onde viria a ser construído o Mosteiro. Estes primeiros monges receberam a bula de isenção do poder episcopal em 1164, mediante a qual o Papa lhes concedeu a não obrigatoriedade de dependerem do poder do bispo da respetiva região.

**Figura 2- Excerto da carta de doação e couto redigida por D. Afonso Henriques
ao abade Dom Bernardo do mosteiro de Claraval.**

"Eu D.Afonso, pela divina misericórdia rei dos portugueses juntamente com a rainha D. Mafalda, minha mulher, fazemos doação a vós D. Bernardo, abade do mosteiro de Claraval e a vossos irmãos e a todos os vossos sucessores [...] de uma herdade que temos entre [...] Leiria e Óbidos [...]. Queremos que tenhais e possuais as suas entradas e saídas, águas e pastos [...] todas as terras cultivadas e por cultivar, vinhas, casas, hortas e pomares e todas as demais coisas que neste limite se encerram [...]"

Coutos de Alcobaça, As Cartas da Povoação, (séc. XII)

(Adaptado)

Fonte: https://cctic.esesantarém.pt/red/hist/ficha_documento.php?cod=9 CCTIC-ESE IPSantarém

Em 1178 deu-se o início da construção do que viria a ser o Mosteiro, sofrendo logo algumas alterações em resultado dos ataques árabes ocorridos em 1184 e em 1195. Com a chegada de mais membros religiosos provenientes de Claraval, foi possível retornar à construção do Mosteiro, o que tornou possível habitar nele durante o século XIII, a partir do ano 1222. A Igreja do Mosteiro foi concluída no ano seguinte (1223), mas foi sagrada apenas em 1252.

Uma vez instalados no Mosteiro, os monges começaram a dedicar-se a várias atividades, nomeadamente a assistência de enfermaria e farmácia da abadia. Naturalmente, estas atividades eram um reflexo da regra estabelecida pela Ordem religiosa a que pertenciam.

A 8 de Agosto de 1260, o abade de alcobaça foi nomeado bispo provisório da cidade de Lisboa pelo Papa Alexandre IV quando proclamou a bula “Olim in Ulixbonensi”.

A alteração de passar o abade do Mosteiro de Alcobaça a abade-geral da congregação de Alcobaça e a autossuficiência das casas de Portugal em relação à ordem de Cister, assinalou o começo de um novo caminho para os cistercienses portugueses. A partir da última metade do século XIII, foram fundadas escolas públicas de lógica e teologia com o objetivo de instruir tanto quem pertencia à Ordem como alunos vindos do exterior.

Foram também fundadas escolas agrícolas em várias zonas, tais como em Évora de Alcobaça, Vimeiro, Cela e Valado. Em 1458, a educação no Mosteiro sentiu uma ligeira alteração. As escolas começaram a agrupar todos os clérigos cistercienses enquanto se encontravam na fase de formação religiosa e literária.

Em 1369, durante o mandato do Papa Urbano V, as eleições dos abades passaram a ser realizadas pela Santa Sé, com o objetivo de afastar os membros de Cister e de Claraval. A partir de 1459, solicitado por D. Afonso V a Papa Pio II para que o Mosteiro não fosse obrigado a receber as visitas da casa-mãe e ainda que o seu abade não tivesse a obrigação de comparecer às reuniões gerais que se realizavam em França. Este pedido foi concedido e, quando D. Jorge da Costa entrou em funções, a atividade económica da abadia sofreu um retrocesso derivado do aumento dos rendimentos do abade, levando à perda de qualidade de vida interna da abadia e, conseqüentemente, ao seu despovoamento. A 26 de Agosto de 1475, Sisto IV na bula “Ad perpetuum”, o bispo de Lisboa passou a administrar o Mosteiro de Alcobaça até à nomeação de novo abade. A 22 de Dezembro de 1510, Leão X ordenou que os abades de Alcobaça visitassem e reformassem os Mosteiros da Ordem de São Bernardo e de São Bento, na bula “Ad perpetuum”. Esta ordem regia-se por uma regra que seria a Regra de São Bento que era baseada em dois pontos fulcrais: paz e o tradicional *ora et labora* (reza e trabalha).

Em 1519, cardeal-infante D. Afonso e o rei D. Manuel I ordenaram que monges da congregação de Castela fossem transferidos para Alcobaça, para dar início à reforma do Mosteiro. Seguidamente, em 1526, D. Francisco da Fonseca, bispo de Titopolis, era governador do Mosteiro, sendo D. Afonso seu administrador até ao fim da governação de D. Francisco da Fonseca.

O abade de Claraval visitou, em 1532, o Mosteiro e deparou-se com uma situação preocupante. Apesar dos esforços realizados, os membros do Mosteiro demonstravam ainda falta de disciplina monástica, tinham poucos recursos e os edifícios estavam degradados. D. Afonso, com o apoio do abade de Claraval, conseguiu atenuar a situação e restaurar alguma disciplina entre a comunidade. D. Henrique, irmão e sucessor de D. Afonso, deu seguimento às reformas, sendo notório o seu trabalho em prol da estruturação e dinamização da abadia.

Enquanto D. Henrique estava no governo do Mosteiro, foi ainda imposto a eleição trianual dos abades de Alcobaça.

A 26 de Outubro de 1567, Pio V com a bula “Pastoralis officii”, fundou a Congregação da Ordem de Cister. Desta ordem faziam parte o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Mosteiro de São João de Tarouca, o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e o Mosteiro de Santa Maria de Ceixa.

Em 1550, com a criação do Colégio do Espírito Santo de Coimbra, as aulas existentes no Mosteiro passaram a ser direcionados para a formação interna, principalmente nas áreas gramaticais e teologias morais. Nos finais do século XVI, o Mosteiro estabeleceu uma tipografia distinta.

A Figura 3 mostra a planta do Mosteiro de Alcobaça. Alguns dos nomes que aí se leem permitem identificar com facilidade para que serviam estes espaços. Por exemplo, Sala do Capítulo, Parlatório, Sala dos Monges, Cozinha, Refeitório, Lavabos, Claustro de D. Dinis, entre outros. A Sala do Capítulo era onde se reuniam os monges para debater assuntos relativos à Igreja. Ainda, segundo a lei cisterciense, os monges falecidos deviam ser enterrados debaixo do chão desta mesma sala.

O Parlatório era a única sala onde os monges estavam autorizados a falar com os respetivos superiores. Fora dela, os monges estariam obrigados ao silêncio, apenas poderiam rezar ou comunicar quando fosse estritamente necessário.

Figura 3 - Planta do Mosteiro de Alcobaça (1989)



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mosteiro_de_Alcobaca_Planta.svg

3.2. Ordem de Cister e Vida do Mosteiro de Alcobaça

As ordens religiosas foram criadas para satisfazer o objetivo de expandir a religião Cristã.³ Eram institutos religiosos de vida consagrada onde os membros deveriam fazer votos de acordo com o carisma do seu fundador. Os monges ou frades e as freiras que pertenciam a estas ordens tinham, por vezes, conhecimentos limitados do tema, estes guiavam a sua vontade em viver uma vida consagrada apenas pela fé. Viviam maioritariamente em comunidades fechadas, mas nem sempre isoladas do mundo, seguindo uma rotina estritamente religiosa.

Existem quatro tipos de ordens religiosas: as ordens monásticas, as ordens mendicantes, as ordens regrantes e os clérigos regulares. O Mosteiro de Alcobaça inclui-se na ordem religiosa de Cister, uma ordem monástica. As ordens monásticas são constituídas por monges que vivem apenas no Mosteiro. Nas ordens mendicantes os frades, tal como nas ordens religiosas, também habitam no Mosteiro, mas vivem menos isolados do que os monges, tendo uma relação mais ativa com o povo e participando em ações solidárias, como por exemplo obras de caridade e serviço aos pobres. Por sua vez, as ordens regrantes são compostas simplesmente por cónegos que apenas se encarregam de realizar as funções litúrgicas mais solenes nas igrejas, tais como tornar presente o Mistério Pascal. Por último, os clérigos regulares são formados, tal como decorre da sua própria denominação, por clérigos regulares que têm uma vida “mais livre” do que os monges monásticos ou os frades mendicantes ou regrantes, têm por obrigação ajudar em ações de liturgia, na administração dos sacramentos e na educação e evangelização.

As ordens religiosas Monásticas e Mendicantes têm práticas mais austeras de professar os votos evangélicos, em contraste com as ordens Regrantes e os Clérigos Regulares cujas práticas são mais simples, justificando assim os diferentes estilos de vida que levam.

Nesta seção aprofunda-se o estudo da Ordem de Cister por ser a ordem fundadora do Mosteiro de Alcobaça, objeto de estudo desta dissertação.

A Ordem de Cister caracteriza-se pelo uso de hábito branco, razão pela qual os seus membros são apelidados de monges brancos. A sua origem aconteceu na fundação da

³ Havia ainda as ordens militares visavam combater infieis e as ordens religiosas responsabilizavam-se pela manutenção, gestão e cuidado com os fiéis; havia também ordens mistas.

Abadia de Cister em Borgonha no ano de 1098 por Roberto de Molesmes (principal fundador). Roberto e alguns companheiros monges que pertenciam à congregação monástica de Cluny decidiram retomar a observância da antiga regra beneditina, que promovia o desenvolvimento espiritual, o rigor litúrgico e o trabalho como valor fundamental. Segundo Coelho Dias, Cister era o retorno a uma vida mais simples, privilegiando a interioridade, o recolhimento, a severidade e o trabalho manual como variáveis que encaminham o monge na sua caminhada espiritual para alcançar o conhecimento e a união com Deus. Apesar disto, só em 1119 tiveram a aprovação do Papa Calisto II para ser assim formada a primeira ordem religiosa canonicamente criada na Igreja.

A Ordem de Cister é considerada uma das mais importantes na história religiosa do Século XII, pois impôs-se em todo o Ocidente, promovendo o Cristianismo, a valorização das terras e os valores da civilização ocidental. Além de um papel ativo na sociedade, a Ordem de Cister teve também importância em aspetos intelectuais e económicos.

A ordem estabeleceu-se em Portugal pela primeira vez no ano de 1144, sendo durante o século XII, o primeiro e único Mosteiro fundado nessa época por esta Ordem foi o de Santa Maria de Alcobaça, objeto de estudo nesta dissertação. Ao longo do século XII, a Ordem de Cister foi a ordem mais poderosa em Portugal derivado da riqueza de Alcobaça que foi tornado num centro intelectual e artístico da Ordem.

Os Cistercienses foram pioneiros em técnicas de metalurgia e mineração, também desenvolveram muitas técnicas agrícolas e de pesca, isto por defenderem tanto o valor do trabalho manual. Foi graças a estas inovações que a Ordem de Cister teve tanto êxito, principalmente a nível económico.

Esta ordem regia-se pela divisa “Ora et Labora”. Segundo Costa⁴, os monges seguiam uma rotina diária, onde havia diferenças entre o horário de Verão e o de Inverno. O que diferia entre os dois horários respeitava apenas às refeições: no Inverno tinham direito a duas refeições e no Verão, apenas a uma. No verão era ainda permitida a sesta.

⁴ Veja-se https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/27949/6/5_Os%20beneditinos%20em%20Portugal.pdf. Acedido em 20 de Setembro de 2022.

Durante todo o ano, às duas da manhã o sino tocava, deviam fazer diariamente seis serviços religiosos no total de quatro horas, seis horas de serviço no campo ou nas oficinas e quatro horas de meditação individual intercalada com os outros anteriormente descritos. Todas as refeições decorriam em silêncio e era permitida apenas carne de caça ou de aves de capoeira, qualquer outro tipo de carne era proibido. Existia no Mosteiro um espaço comum para conversar, o hábito tinha de estar sempre limpo e só os doentes tinham direito a banho. A hora de ir dormir era igual ao longo de todo o ano, seis e meia da tarde.

3.3. Acontecimentos Marcantes nos Séculos XVIII e XIX

O Século XVIII foi marcado pela Revolução Francesa (1789-1799). É ainda um século onde aumenta o comércio de escravos, mas onde ao mesmo tempo se cria uma ideia negativa sobre o mesmo, com o começo da abolição da monarquia e de estruturas e crenças que apoiavam essa prática.

Neste período aconteceu uma forte colonização por parte dos países europeus nas Américas e noutras regiões do planeta o que gerou além de um aumento de comércio de escravos, a Revolução Americana. Esta tratou-se de uma série de eventos que resultou, no dia 4 de julho de 1776, na independência das 13 colónias e surgindo aqui o primeiro país provido de uma constituição política ainda em vigor hoje em dia. Aconteceu também a Revolução Francesa que originou a abolição da monarquia em França e o início da Primeira República Francesa. Foi ainda o século em que se iniciou a Revolução Industrial na Inglaterra.

Em Portugal, os acontecimentos a destacar durante este século foi o terramoto de 1755 de onde surgiu a Reforma Pombalina que consiste em medidas aplicadas por Marquês de Pombal, como a criação da Aula do Comércio em Lisboa, onde começou a ensinar-se o método das partidas dobradas..

Já o século XIX é marcado por avanços nas áreas da matemática, biologia, física e química, metalurgia e eletricidade. Neste período a Europa ocidental, os Estados Unidos e o Japão juntaram-se à Inglaterra na Revolução Industrial que consistia na substituição da mão humana por máquinas o que provocou um grande aumento da produção de bens e, conseqüentemente, do seu consumo. Provocou também um aumento no êxodo rural, a

população começou a procurar mais as áreas urbanas em busca de uma melhor situação económica.

Entre os anos de 1807 e 1814 ocorreu a Guerra Peninsular que consiste num conflito militar entre o Império Francês contra a aliança do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Império Espanhol e do Reino de Portugal e Algarves. O objetivo destas invasões francesas era a conquista da Península Ibérica. Este conflito teve início com a invasão das tropas francesas e espanholas ao território português com as primeiras invasões em 1807. Em 1808, o império francês voltou-se contra o império espanhol e este juntou-se ao império português. Na terceira e última invasão francesa, aconteceu a batalha do Buçaco onde cerca de 50 mil tropas britânicas e portuguesas derrotaram 65 mil tropas francesas.

A Inglaterra (já pioneira na Revolução Industrial) aproveitou a derrota do Império Francês e dos seus aliados nas Guerras Napoleónicas para se afirmar no mundo e durante este período conseguiu afirmar-se como a maior nação comercial do mundo tendo colónias na América do Norte e no Caribe.

A Revolução Industrial é considerada por muitos um dos eventos mais importante da história da Humanidade pois muda por completo a vida quotidiana e é onde começa o período de várias invenções tais como o telégrafo inventado por Samuel Finley Bresse Morse nos Estados Unidos da América e a fotografia por Louis Jacques Daguerre em França. Foi também neste período que surgiram várias teorias científicas como a “Teoria da Evolução” por Charles Darwin e o Marxismo por Karl Marx. Ainda no Século XIX foi descoberto o Raio-X por Wilhelm Conrad Röntgen e a Radioatividade por Henri Becquerel e pelo casal Pierre Curie e Marie Curie.

Já em Portugal, o Século XIX foi uma época de revolta com duas guerras e de pouco desenvolvimento pois Portugal não acompanhou as revoluções industriais que aconteceram em países como a Inglaterra e a Alemanha, bastando-se apenas com as riquezas vindas do Brasil, o que, claramente, não foi suficiente para acompanhar o desenvolvimento que se observava em outras economias.

Em 1820 deu-se a Revolta Liberal que aconteceu quando Portugal estava a ser alvo das invasões napoleónicas e a família real partiu para o Brasil. Posto isto, iniciou-se uma revolução no Porto e teve imediata adesão em Lisboa não encontrando nenhuma oposição

com o objetivo de criar uma constituição. Com esta revolução por parte dos liberais, as cortes comunicaram a obrigação da família real regressar a Portugal e a constituição sugerida foi aprovada.

Em 1828, D. Miguel assumiu o trono português e imediatamente os liberais começaram a emigrar para sítios onde os seus ideais fossem defendidos, particularmente para Inglaterra e França. Em 1832 a maior parte destes emigrados retornaram com as tropas que desembarcaram a mando de D. Pedro no Porto e assim se deu início à guerra civil portuguesa. Tendo os liberais ganho a guerra civil, decidiram impor a extinção das ordens religiosas masculinas em Portugal com a Convenção de Évora Monte que diz o seguinte, e cujo excerto se mostra na Figura 4.

“(...) Em conclusão, Senhor, é força extinguir as Ordens Regulares, e dar destino aos bens que possuem. O bem público, a felicidade da Nação que tantos benefícios deve a V.M.I.⁵, a pureza do culto que V.M.I. tanto se desvela em promover; a regeneração do Povo Portuguez, que V.M.I. tem tanto a peito consolidar, tudo reclama aquella extinção.”

Figura 4 - Excerto do Livro “Collecção de Decretos e Regulamentos Publicados Durante o Governo da Regência do Reino” de 1829

Em conclusão, Senhor, é força extinguir as Ordens Regulares, e dar destino aos bens que possuem. O bem público, a felicidade da Nação que tantos benefícios deve a V. M. I. a pureza do culto que V. M. I. tanto se desvela em promover; a regeneração do Povo Portuguez, que V. M. I. tem tanto a peito consolidar, tudo reclama aquella extinção.

No ano de 1833, os monges abandonaram o Mosteiro. No ano seguinte, segundo o decreto de 30 de maio, no contexto da “Reforma Geral Eclesiástica” delineada por Joaquim António de Aguiar (então, Ministro e Secretário de Estado) e praticada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), foram fechados todos os hospícios, colégios, conventos, mosteiros e casas de religiosos de todas as ordens religiosas.

⁵ Vossa Majestade Imperial – excerto dirigido a D. Maria II que assumiu o trono de Portugal pois era a filha mais velha de D. Pedro IV.

4. Metodologia

4.1. Questões de Investigação

Este trabalho assume duas perspetivas: por um lado, a ótica de quem escreve os livros de contabilidade e prepara as contas e, por outro lado, considera a ótica de quem utiliza a informação contabilística e a analisa, dando a conhecer o património do Mosteiro e a sua evolução em composição e em valor, bem como o desenvolvimento da atividade, a partir da análise das receitas e das despesas do Mosteiro.

Assim sendo, o trabalho propõe-se responder às seguintes perguntas de investigação:

Q1: Quais os livros que eram escriturados?

Q2: Como se encontrava organizada a contabilidade?

Q3: Quem tinha a responsabilidade de prestar contas no Mosteiro?

Q4: Quando e com que periodicidade eram prestadas as contas?

Q5: Como estava organizado o livro da Bolsaria?

Q6: Qual era a composição das despesas do Mosteiro?

Q7: Qual era a composição as receitas do Mosteiro?

Q8: Como se encontrava a situação financeira do Mosteiro?

As questões de investigação anunciadas podem agrupar-se em torno de dois eixos:

- Questões que permitem conhecer a organização do Mosteiro, a partir da observação técnica de elaboração da contabilidade utilizada e das pessoas nela envolvidas (Q1 a Q5);
- Questões que visam conhecer a atividade e a vida no Mosteiro, a partir da análise dos valores escriturados na Contabilidade (Q6 a Q8).

O primeiro eixo analisa variáveis que permitem identificar os livros de contabilidade existentes, a organização do ciclo contabilístico, a responsabilidade pela prestação de contas e a periodicidade da prestação de contas. O segundo eixo debruça-se sobre os

centros de despesa e os centros de receita e os conteúdos das próprias contas: a análise da composição das receitas e das despesas e os próprios os saldos de tesouraria, em cada ano e em termos evolutivos. Trata-se de duas análises complementares que permitem conhecer e compreender como era a vida no Mosteiro. É também possível verificar se preenche as funções atribuídas pela regra dos monges da Ordem de Cister que foram descritas de modo breve no Capítulo 3 deste trabalho.

Scapens et al. (2007) referem que estudos de caso descritivos são adequados em contextos de descrição de sistemas, de técnicas e dos procedimentos contabilísticos adotados, são úteis para explorar tanto o uso de técnicas e procedimentos contabilísticos tradicionais como outros mais modernos. Podemos assim afirmar que este trabalho se enquadra nos estudos de caso e, tendo em conta o debate apresentado no Capítulo 4.3, este estudo, por ser principalmente descritivo, enquadra-se melhor na História da Contabilidade Tradicional do que na Nova História da Contabilidade. Apesar disto, pretende-se combinar características das duas correntes. Por um lado, privilegia-se as fontes primárias de investigação, tais como a análise dos livros de contabilidade do Mosteiro, em particular os Livros de Bolsaria, livros estes onde se registavam as despesas e as receitas. Por outro lado, procura-se justificar o sistema contabilístico existente com base em teorias e técnicas contabilísticas, tais como o regime de partidas simples e o registo numa base de caixa.

4.2 Fontes de Dados

Quando se pretende estudar um passado longínquo, como é o caso do estudo da Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça nos finais do século XVIII, o investigador depara-se com a falta de acessibilidade a documentos que poderão ser relevantes para a investigação. Vieira, Major e Robalo (2009) salientam que o método possível para a investigação é qualitativo e consiste na análise de textos e documentos.

Do elenco de livros disponíveis, os que se afiguram mais relevantes para o presente estudo reportam aos séculos XVIII e XIX. Em concreto, nesta investigação foram analisados em pormenor dois “Livros de Bolçaria” do Mosteiro de Alcobaça que se encontram depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Estes livros contêm registos de receitas (recebimentos) e despesas (pagamentos) de um certo período temporal. Selecionou-se para análise os livros denominados “Livro de Bolsaria do ano 1783” e o “Livro de Bolsaria do ano 1789”. Ambos cobrem períodos de cerca de três anos, entre 1783 e 1786 e entre 1789 e 1792, respetivamente. Estes períodos fazem parte dos últimos

anos em que o Mosteiro teve permissão para desenvolver a sua atividade. Os dois livros selecionados não respeitam a períodos sequenciais, mas estão próximos. É de notar que muitos dos livros e documentos desta altura poderão ter sido destruídos. Quer por acidentes, causas naturais ou até mesmo usados para fogueiras ou fogos controlados e, por isso, torna-se difícil ou impossível reconstruir séries mais longas.

No estudo realizado ao Mosteiro de Arouca (Oliveira e Brandão, 2005), o período estudado é semelhante a este, sendo de 1786-1825, podendo assim estabelecer-se a comparação dos resultados.

Os livros analisados são manuscritos, circunstância que dificultou o trabalho de leitura dos mesmos e exigiu que o investigador fizesse a transcrição. Também a própria linguagem ou terminologia utilizada exigiu cuidados especiais, na procura do significado de alguns termos, aspeto que justificou a preparação de um glossário, que se apresenta em Anexo.

A metodologia seguida foi a de “Recolha de dados: Investigação em arquivo” mencionada por Gomes e Rodrigues (2007) p. 232-235), que salientam ser essencial obter dados primários e secundários para uma investigação em história da contabilidade (2007). Previts (1990, p. 146) menciona a importância de verificar se estes dados são ou não verídicos, representativos e confiáveis, sejam eles dados primários ou secundários.

“(...) a investigação nesta área pode ser um trabalho duro mas da qual podem também resultar inúmeros prazeres que derivam da exploração do passado e da obtenção de conhecimentos acerca da teoria e prática contabilística passada e presente.” (Gomes. e Rodrigues, 2017, p. 215).

Os dois livros de bolsaria encontram-se online, podendo ser consultados na Internet no site da ANTT em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1459099> (Livro da Bolsaria de 1783) e em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1459100> (Livro da Bolsaria de 1789).

4.3 História de Contabilidade Tradicional e Nova História da Contabilidade

A propósito da valia dos estudos de História da Contabilidade, Gomes e Rodrigues salientam que quando são feitas referências à investigação em História da Contabilidade, assume-se que no objeto de análise estão práticas retrógradas e inúteis para a atualidade, já que na atualidade se apresenta a contabilidade mais avançada e com menos lacunas. Contudo, houve um processo de evolução que conduziu à contabilidade que conhecemos

hoje em dia e, ao conhecer este progresso, é possível que se encontrem novas formas de revolucionar os processos atuais (Gomes e Rodrigues, 2017). A Associação Americana de Contabilidade (1970 apud Gomes e Rodrigues, 2017) refere que:

“A contabilidade é relativa e progressiva. Os fenómenos que constituem o seu objeto de estudo estão constantemente a mudar. Métodos antigos tornam-se menos eficazes quando as condições se modificam (...). Ao resultado deste processo chamamos de progresso.” (Littleton, 1970, p.53).

Só com o conhecimento deste progresso é possível perceber como chegámos à contabilidade que conhecemos hoje ou como é que determinadas práticas tiveram impacto nas práticas atuais.

As pesquisas sobre História da Contabilidade podem classificar-se como Nova História da Contabilidade (NHC) ou História da Contabilidade Tradicional (HCT). A HCT defende a utilização de fontes de investigação primárias, em vez de fontes secundárias de investigação, pois estas, por vezes, mais não são do que a análise de fontes primárias exploradas por outros autores. A investigação baseada na Nova História da Contabilidade não se limita a recorrer a fontes contabilísticas tradicionais, mas estende-se a outras fontes, tais como diários, memórias, leis e até a cartas (Napier, 2006).

A HCT justifica as mudanças contabilísticas com base em fatores económicos, enquanto a NHC atribui importância a fatores sociais. Hopwood (1985) elencou algumas perguntas de investigação (tal como: “Que papéis tem tido a contabilidade, quer no domínio social, quer no domínio político?”) que levaram ao aparecimento da Nova História da Contabilidade, também chamada de “crítica” por alguns investigadores. Esta denominação de “crítica” apareceu com o objetivo de classificar alguns estudos realizados desde o final do século passado até à atualidade onde os autores relacionam a sociedade, a história e as organizações com as teorias e a prática contabilística (Gaggikin e Lodh, 1997, p. 433). Segundo Carmona (2004), a História da Contabilidade Tradicional dá uma visão objetiva da história e usa a teoria da procura e resposta, enquanto a Nova História da Contabilidade proporciona uma visão mais crítica e interpretativa da história.

Como já foi mencionado, e em conformidade com a investigação sobre o Mosteiro de Arouca (Oliveira e Brandão, 2005), este estudo usa o método de pesquisa da História da Contabilidade Tradicional pois é o estudo de um passado longínquo onde houve alguma dificuldade de acessibilidade a documentos importantes e onde a investigação é baseada em métodos tradicionais, como livros e manuscritos. A História da Contabilidade

Tradicional tem as suas vantagens e desvantagens. Como vantagens, apontam-se a relevância, a veracidade e a confiabilidade de todo o conteúdo analisado pois são Livros arquivados no ANTT, leis ou cartas que fazem parte da história de Portugal e que é estudada e conhecida no geral. Entre as desvantagens, salienta-se a importância de ter tempo disponível pois o estudo de arquivos é um processo muito longo (Fleischman e Tyson, 2003). Outra desvantagem é a dificuldade em aceder aos ficheiros e ao estudo dos ficheiros e do próprio conteúdo, sendo documentos antigos são de difícil legibilidade a escrita. Fleischman e Tyson (2003) acrescentam ainda que é frustrante a taxa de sobrevivência de documentos contabilísticos antigos e que, por vezes, pode ser necessário definir hipóteses para o que poderá ou não ter acontecido. Este último aspeto constitui uma limitação possível dos estudos de História da Contabilidade.

5. Resultados e Discussão

Neste capítulo responde-se às perguntas de investigação. Para obter estes resultados tentou-se fazer uma ligação entre a análise dos dados encontrados sobre o Mosteiro de Alcobaça com estudos de História da Contabilidade anteriores, nomeadamente os estudos ao Mosteiros dos Jerónimos (Martins, 2010) e do Convento de Arouca (Oliveira e Brandão, 2005). Foram escolhidos estes dois estudos por serem ambos sobre contabilidade monástica portuguesa e cobrirem sensivelmente o mesmo período de observação. O primeiro pertence a uma outra ordem religiosa e o último pertence à mesma ordem religiosa do Mosteiro de Alcobaça, mas trata-se de um convento, portanto onde habitavam mulheres e não homens, diferentemente do que acontecia no Mosteiro de Alcobaça.

Foram analisados dois livros denominados *livros de Bolsaria*. Nestes livros efetuavam-se os registos de despesas e de receitas. A análise cobre, por um lado, o modo como os livros estão escriturados e organizados e, por outro lado, o conteúdo dos próprios livros.

Q1: Quais os livros que eram escriturados?

Como se mostra a Tabela 4 havia vários tipos de livros.

Tabela 3 - Tipos de Livro no Mosteiro

Livros analisados na Torre de Tombo		
Tipo de Livro	Nº de Livros	Período
Livro dos Forais dos Coutos	3	1760
Livro Dourados	7	1153-1538
Livro Receites e Despesas	1	1711
Livros de Bolsaria	11	1720-1795
Livro da Tulha	3	1825-1828
Livro de despesa da celeiraria	1	1825-1828
Livro de despesa com ordenados	5	1750-1788
Livro de Fazenda	3	1745-1746

Fonte: ANTT

Havia os Livros Dourados que era onde estavam registadas as doações, privilégios, confirmações, sentenças, entre outro. O Livro de Fazenda continha a descrição dos bens detidos em Alcobaça.

Nos Livros da Bolsaria estavam registadas as receitas e as despesas. Antes de se chamar Livro da Bolsaria, chamava-se Livro de Receitas e Despesas, começou a denominar-se Livro de Bolsaria por volta de 1720.

No Livro da Despesa com Ordenados eram registados os pagamentos de ordenados. Nos Livros dos Forais dos Coutos estavam registadas cronologicamente as cartas de forais outorgadas pelos abades do Mosteiro.

Também foram encontrados Livros da Tulha que registavam tudo o que entrava e saía da Tulha, a casa ou armazém onde eram armazenados os cereais e Livros da Despesa da Celeiraria.

Diferentemente do que se observa no Mosteiro dos Jerónimos, onde existia um livro de recebimentos e despesas para cada centro de despesas, portanto tinham cinco livros: *Mosteiro, Quinta, Sacristia, Reparações e Melhoramentos e Rendas*. Todos estes livros

eram posteriormente copiados para um livro único, que seria o *Livro de Inspeções*, a cada quatro anos.

Q2: Como se encontrava organizada a contabilidade?

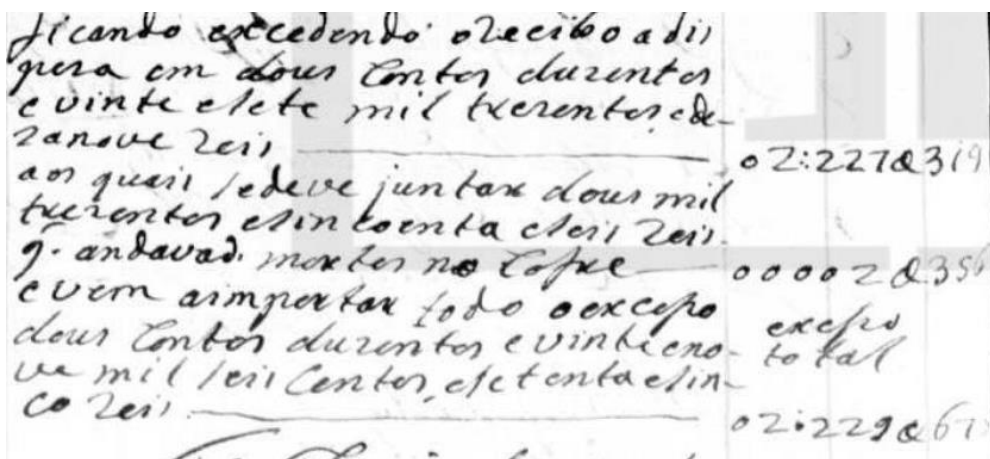
A contabilidade no Mosteiro estava repartida em três fases distintas. A primeira fase seria a de preparação e registo dos movimentos do Mosteiro, preparado pelo responsável da atividade e assinado no fim de cada registo. Seguidamente, observa-se que haveria uma revisão, mas há poucos pormenores sobre a mesma, não se encontrou evidência da existência de uma periodicidade e apenas se pôde concluir que estas revisões eram realizadas por deputados. Por último, no fim de cada livro mostra-se uma espécie de balanço trimestral ou a cada quatro meses.

Numa primeira parte, os livros descrevem os recebimentos nas 38 zonas onde o Mosteiro tinha propriedades arrendadas e o arrendamento de propriedades seria a grande fonte de receitas. Acrescentando a isto o trabalho dos monges na agricultura e doações da população.

Numa segunda parte, o livro relata as despesas do Mosteiro por centro de despesas, que poderiam assemelhar-se a centros de despesas.

Numa última parte, faz um balanço entre receitas e despesa, com um período de análise médio de quatro meses. A este balanço davam o nome de “Termos”.

Figura 5 - Excerto do Livro de Bolsaria de 1783 do capítulo "Termos"



(Fonte: ANTT)

Em suma, a Tabela 5 mostra como estava organizada a contabilidade no Mosteiro.

Tabela 4 - Organização da Contabilidade no Mosteiro de Alcobaça

	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
Fase	Registo	Deputados	Balanços
Quem atuava?	Responsável de cada atividade	Deputados	-
Qual a regularidade?	Está registado a data de recebimento/pagamento e não a data de registo	4 em 4 meses, de acordo com o calendário religioso (Páscoa, Virtudes e Natal)	+/- triannual

Fonte: Elaboração própria, a partir dos Livros de Bolsaria, ANTT.

No Mosteiro de Alcobaça observam-se algumas diferenças em relação ao Mosteiro dos Jerónimos. Começando pela fase de registo, havia um escrivão que registava tudo no Livro, de seguida era revisto pelo “in Capite” presidente ou pelo “abade general”, pelos deputados e pelo escrivão. O autor acredita ainda que “a preparação de um livro de inspeção leva a acreditar que o livro iria ser analisado por alguém superior.” (Martins, 2010).

Q3: Quem tinha a responsabilidade de prestar contas?

Existiam responsáveis pelos centros de despesa. Os registos encontravam-se assinados pelo responsável do cada centro de despesa. Por exemplo, se fosse uma despesa de enfermaria, seria o enfermeiro a registar a despesa no livro. Em relação a quem escrevia estes registos no Mosteiro de Arouca, é o Administrador (Oliveira e Brandão, 2005) e no Mosteiro dos Jerónimos, é um escrivão (Martins, 2010), portanto em cada Mosteiro se procedia de uma maneira diferente.

Depois o mesmo seria revisto, mas admite-se que essa revisão não teria data marcada nem tempo certo para acontecer visto que não é possível encontrar um padrão nestas datas. Quem fazia a revisão era um deputado, mas não é possível saber ao certo quantos deputados havia. Em comparação com o Mosteiro dos Jerónimos, seria feita a

revisão pelo “Presidente atual ou pelo general, os deputados (normalmente três) e o escrivão que também era deputado” (Martins, 2010, p.21-22).

Os registos são revistos e o livro no final tem uma espécie de balanço, é possível que houvesse uma maior revisão posterior a todo este processo, mas não se encontrou nenhuma informação que indique este acontecimento.

Q4: Com que periodicidade eram prestadas as contas?

Os dois livros analisados cobrem um período de duração semelhante sendo que o livro de 1783 tem o primeiro de registo a 31 de agosto de 1783 e o último a 30 de abril de 1786 e o livro de 1789 tem o primeiro registo a 25 de abril de 1789 e o último a 15 de abril de 1792, portanto cada livro prestaria contas de um ciclo de três anos. Admite-se, assim, que um ciclo contabilístico completo tinha a duração de três anos.

Em comparação com o Mosteiro dos Jerónimos os livros também duravam entre três a quatro anos e as revisões aos registos eram realizadas trimestralmente ou a cada quatro meses (Martins, 2010).

O Livro de 1783 contém catorze recebimentos registados e cento e vinte e cinco despesas, enquanto o Livro de 1789 tem onze recebimentos e cento e oitenta e cinco despesas registadas.

Os recebimentos respeitam um calendário religioso sendo pago em três quartéis: o quartel da Páscoa, quartel das virtudes e quartel do Natal. Dado a Páscoa ser uma festa móvel, isto justifica em parte a variabilidade nas datas dos registos.

Os registos referem a data em que ocorreu a receita ou a despesa, mas não a data em que as mesmas foram registadas. É de notar que no primeiro livro os registos apenas mencionam o ano em que foram recebidos ou pagos, sem pormenorizar o dia, nem mês em que ocorreram.

Apesar de a vida do Mosteiro se desenrolar continuamente, em base de *going concern*, os registos das operações surgem agregados, o que pode justificar-se ter por havido poucas operações de certa natureza, ou que o livro de Bolsaria seja um mapa agregado, com vista a uma demonstração resumo dos movimentos de caixa do período,

onde os registos se fazem só uma vez por ano. Isto poderia justificar no futuro procurar analisar a conta Caixa no diário ou no razão, acaso estejam disponíveis tais registos.

Q5: Como estava organizado o livro da Bolsaria?

O livro da Bolsaria inicia com um índice onde se enumera cada zona em que o Mosteiro tinha receitas ou despesas e cada área de atividade. De seguida, estão descritos no livro todas as receitas do Mosteiro por zona, logo após estão todas as despesas do Mosteiro por áreas de despesa. No fim do livro é possível encontrar uma espécie de balanço onde é registado trimestral ou a cada quatro meses os recebimentos e as despesas do Mosteiro. Nesse final, encontra-se presente também uma pequena explicação da receita ou da despesa, sendo assim possível perceber se o Mosteiro tem um saldo de tesouraria positivo ou negativo e porquê.

O livro de Bolsaria do Mosteiro dos Jerónimos era ligeiramente diferente, tinha o balanço de receitas e despesas depois de três ou quatro meses de registos enquanto no de Alcobaça o balanço era feito apenas no fim do livro, ou seja, passado os três anos.

As receitas e as despesas eram registadas no livro da Bolsaria pelo responsável por cada centro de despesa. Em comparação com o Mosteiro de Arouca, mosteiro que pertence à mesma ordem religiosa que o Mosteiro de Alcobaça, conclui-se haver semelhanças. O responsável por cada centro contabilístico estava encarregue de fazer o registo da despesa ou receita no livro de contas desse centro, sendo essa uma tarefa diária. Isto permitia atingir o objetivo de controlar e proteger o património do Mosteiro e ao mesmo tempo realizar uma auditoria periódica dos receitas, despesas e saldos finais de cada centro de despesa.

Existiam os seguintes centros de despesa: Cartório, Celeiraria Enfermaria, Hospedaria, Juros, Obras, Sacristia, Abadia e Tulha. No caso das despesas, era registado o dia, a que centro de despesa pertencia o gasto, o respetivo valor e a assinatura do responsável deste mesmo centro de despesa. Também no caso das receitas, à semelhança das despesas, era registado o dia em que a operação tinha ocorrido, a natureza da receita (por exemplo, renda) e o respetivo valor, Quem assinava as receitas era também

responsável pelas despesas, entre 1783 até 1786 foi o Frade Luiz Leite e de 1789 até 1792 foi o Frade Joze Velloso.

Na Tabela 6 é possível observar que havia apenas três centros de despesa e receitas que eram fixos anualmente e que seis centros de despesa eram constantes. Isto variava de ano para ano, mas não é explícito os motivos específicos para isto acontecer. As receitas são todos os anos as mesmas sendo recebidas em dinheiro as rendas sobre os terrenos que pertencem ao Mosteiro de Alcobaça e outras em espécie, tais como doações e heranças da população.

Tabela 5 - Tipologia das Receitas e Despesas do Mosteiro

	Regularidade	
	Existem todos os anos	Não existem todos os anos
Despesas	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedaria • Juros • Obras 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartório • Celeiraria • Enfermaria • Sacristia • Abadia • Tulha
Receitas	<ul style="list-style-type: none"> • Rendas • Doações • Heranças 	

Fonte: Elaboração própria

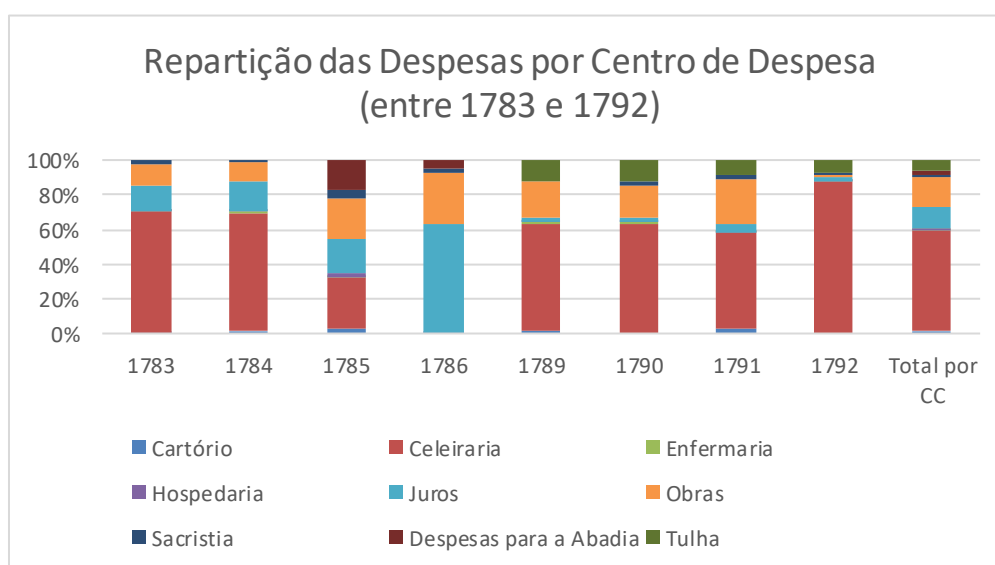
Q6: Qual era a composição das despesas do Mosteiro?

A ordem dos monges brancos (como era conhecida a Ordem de Cister), caracterizava-se pelo estilo de vida simples, muito focado na oratória e no ensino. As principais atividades dos monges dentro do Mosteiro eram muito baseadas na agricultura, daí um vasto gasto com a Celeiraria pois seria onde se guardava todos os alimentos provenientes da agricultura. Além desta principal atividade, havia ainda espaço para a oração, o ensino, o estudo, a organização de cartórios e a cópia de manuscritos.

O Mosteiro tinha centros de despesas permanentes, e estes eram o Cartório, Celeiraria, Enfermaria, Hospedaria, Juros, Obras e Sacristia. Em alguns anos, é possível observar que além destas naturezas, outras atividades se acrescentavam ainda, tais como as despesas para a Abadia e a Tulha.

No Gráfico 1 é possível observar a repartição das despesas do Mosteiro. É possível observar que a Celeiraria é o centro de despesa com mais gastos todos os anos, exceto em 1786 que nem sequer há gastos registados sem justificação.

Gráfico 1 - Repartição das Despesas por Centro de Despesa (1783 e 1792)



Fonte: ANTT., Livros da Bolsaria (anos)

É visível pelo Gráfico 1 que a *Celeiraria* corresponde à maior fatia da despesa do Mosteiro, seguido dos *Juros*. Dado que a atividade dos monges do Mosteiro era muito baseada em agricultura e tudo o que era recolhido era armazenado na celeiraria, então tinham de a conseguir manter sempre em bom estado. Apenas em 1785 e 1786 estão registadas *despesas para a Abadia* e, curiosamente, em 1786 não há registo de despesas com a *Celeiraria*. Em 1789 surge a *Tulha* que vai conseguir ter algum impacto na despesa anual do Mosteiro.

A diferença mais significativa quanto à composição das despesas do Mosteiro nos dois anos relaciona-se com as despesas de Cartório e a adição das despesas com a Tulha. Em ambos os anos analisados, a Celeiraria continua a ser a maior despesa do Mosteiro. Na

Tabela 7 apresenta-se uma análise anual das despesas repartidas pelo Mosteiro por centro de despesa.

Tabela 6 - Despesas anuais por centro de despesa em reais

Centro de Despesa	1784	1785	1786	1789	1790	1791	1792	TOTAL por CD
Cartório	291280	566030	X	275000	X	772420	X	1904730
Celeiraria	18396058	5555330	X	8928634	21847774	15945055	20882722	91555573
Enfermaria	43800	42000	X	40000	48000	48000	30000	251800
Hospedaria	34870	322400	46600	60000	120000	40000	83400	707270
Juros	4651715	3943705	7422724	393335	741070	1348840	586046	19087435
Obras	2896505	4372085	3417795	2912085	6622717	7699146	264802	28185135
Sacristia	432000	900800	330000	X	560000	608000	375665	3206465
Despesas para a Abadi	X	3232400	538400	X	X	X	X	3770800
Tulha	X	X	X	1865735	4403560	2505120	1621475	10395890

(Fonte: ANTT)

A *Celeiraria* é a atividade que mais despesa consome, na maior parte dos anos analisados acusa mais de metade das despesas do Mosteiro. Por outro lado, a *Enfermaria* é em quase todos os anos despesa mais baixa, o que revela pouca preocupação em termos de saúde e, tal como é referido no capítulo 4.1, só os doentes tomavam banho, ou seja, quem não estava doente poucos ou nenhuns cuidados de saúde tinha.

Entre o livro de 1783 e o de 1789, é visível uma diferença clara. É acrescentado a “Tulha” que servia para armazenar qualquer tipo de produto agrícola.

Em comparação com o Mosteiro dos Jerónimos, há algumas atividades que se encontram em ambos tais como a Enfermaria, Obras, Juros e Hospedaria.

Este reporte ajuda os monges a justificarem as despesas do Mosteiro perante a administração do mesmo e mostra ainda que não quebraram o voto de pobreza. (Sadornil, L. et al 2017.)

Q7: Qual era a composição das receitas do Mosteiro?

Uma fonte de receitas do Mosteiro de Alcobaça eram as rendas recebidas de arrendamento de terrenos de que auferiam rendas fixas, mensais ou trimestrais. Um exemplo de outra das principais fontes de receitas do Mosteiro, eram as doações, quer em dinheiro quer em espécie. Havia ainda uma terceira fonte de receita, mas daria apenas para

consumo próprio que era a agricultura. Comparativamente com o Mosteiro dos Jerónimos, é referido que os recebimentos têm duas origens: uma sendo das fazendas e das práticas de agricultura e a outra as dívidas passivas (Martins, 2010). Ou seja, os tipos de receitas assemelham-se aos do Mosteiro dos Jerónimos.

Como se referiu, as receitas do Mosteiro eram recebidas em dinheiro ou em espécie. As receitas em dinheiro respeitavam às rendas dos bens que o Mosteiro possuía e também algumas doações. Nem sempre o Mosteiro recebia em dinheiro, mas era feito um grande esforço para só se aceitar moeda no âmbito da cobrança de rendas. Em espécie, contavam-se as oferendas do povo, recebimentos de bens por testamento e bens adquiridos pelo trabalho prestado pelos monges dentro do Mosteiro.

Nas Tabelas 8 e 9, é possível observar a evolução das receitas registadas nos dois livros de bolsaria do Mosteiro investigados. Estes registos eram feitos quadrimestralmente e só incluíam as receitas em dinheiro, ditas *por valor*.

**Tabela 7 - Registo das Receitas do Mosteiro em reais
(triénio agosto de 1783 a dezembro de 1786)**

Data	Recebimento
31/08/1783	3062427 reais
31/08/1783 - 31/12/1783	14282590 reais
31/12/1783 - 30/04/1784	9318858 reais
30/04/1784 - 31/08/1784	7590691 reais
31/08/1784 - 31/12/1784	15568979 reais
31/12/1784 - 30/04/1785	9594086 reais
17/11/1782 - 09/05/1785	74883707 reais
31/05/1785 - 31/08/1785	12524629 reais
31/08/1785 - 31/12/1785	15702055 reais
09/05/1785 - 06/02/1786	28226684 reais
31/12/1785 - 30/04/1786	20640985 reais

Fonte: “Livro da Bolsaria 1783-1986” (ANTT)

**Tabela 8 - Registo das Receitas do Mosteiro em reais
(triênio abril de 1789 a abril de 1792)**

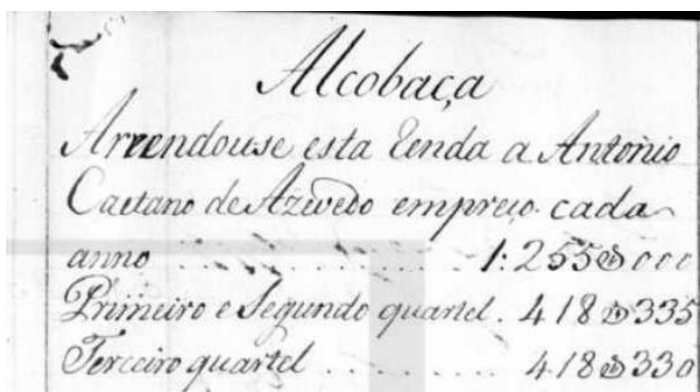
Data	Recebimento
25/04/1789 - 31/08/1789	2475037 reais
31/08/1789 - 31/12/1789	10557352 reais
31/12/1789 - 30/04/1790	13016424 reais
30/04/1790 - 31/08/1790	4997102 reais
31/08/1790 - 31/10/1790	7802591 reais
21/12/1788 - 10/11/1790	36195262 reais
10/11/1790 - 31/12/1790	11217400 reais
31/12/1790 - 30/04/1791	10349907 reais
30/04/1791 - 31/08/1791	8404398 reais
31/08/1791 - 17/11/1791	8147262 reais
31/11/1790 - 21/11/1791	35511512 reais
21/11/1791 - 15/04/1792	24176530 reais

Fonte: “Livro da Bolsaria 1789-1792” (ANTT)

Quanto aos valores da Tabela 8, os valores oscilam muito entre os quadrimestres e não foi possível saber o porquê de isto acontecer. Na Tabela 9 os valores das receitas quadrimestrais já não mostram oscilações tão grandes. No entanto o padrão evolutivo é o mesmo.

Na Figura 6 observa-se um excerto do Livro da Bolsaria de 1783 que refere: “Arrendou-se esta renda a António Caetano de Azevedo empreço cada anno 1255\$000. Primeiro e segunda quartel 418\$335 e terceiro quartel 418\$330”, ou seja, o Mosteiro recebia 1255 mil reais pela renda deste terreno que era pago de quatro em quatro meses.”

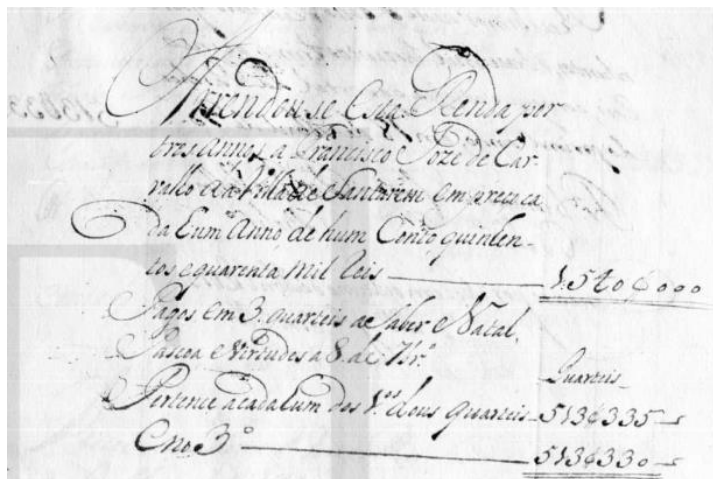
Figura 6 - Excerto do Livro de Bolsaria de uma renda em 1783



Na Figura7 é observável que existiu um aumento do preço de arrendamento (sendo que há a possibilidade de não ser o mesmo terreno) de 1255 mil reais em 1783 para 1540

mil reais em 1789 e são as duas primeiras rendas de 5 13 mil 335 reais e a última 5 13 mil 330 reais.

Figura 7 - Excerto do Livro de Bolsaria de uma renda em 1789



Q8: Qual o equilíbrio entre despesas e receitas do Mosteiro?

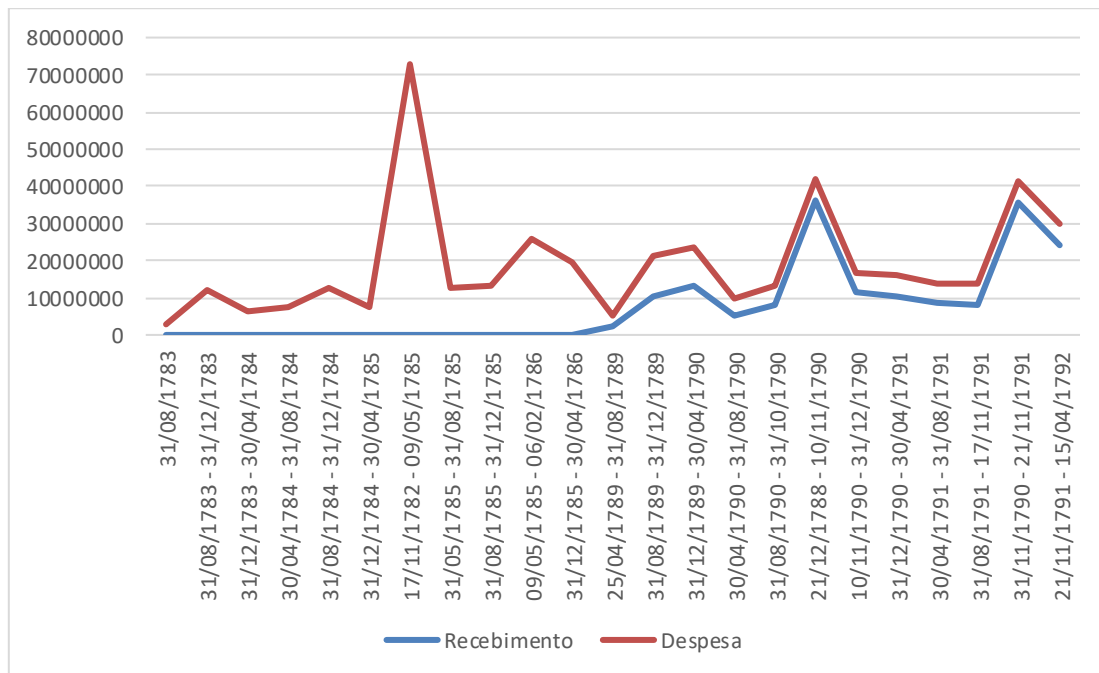
De três em três anos era feito um balanço de todas as receitas e despesas, tal como é apresentado na Tabela 10. Na coluna do “Recebimento” temos todos os registos de recebimentos consoante o período indicado na coluna “Data” e o mesmo se verifica para a coluna da “Despesa”. Fazendo esta análise, é possível perceber que o Mosteiro em nenhum período de estudo aufer resultados negativos.

Tabela 9 - Balanço de Receitas e Despesas do Mosteiro em Reais

Data	Recebimento	Despesa	Resultado Final
25/04/1789 - 31/08/1789	2.475.037	2.475.037	0
31/08/1789 - 31/12/1789	10.557.352	10.557.352	0
31/12/1789 - 30/04/1790	13.016.424	10.583.839	2.432.585
30/04/1790 - 31/08/1790	4.997.102	4.776.442	220.660
31/08/1790 - 31/10/1790	7.802.591	5.555.361	2.247.230
21/12/1788 - 10/11/1790	36.195.262	35.948.031	247.231
10/11/1790 - 31/12/1790	11.217.400	9.905.054	1.312.346
31/12/1790 - 30/04/1791	10.349.907	9.488.745	861.162
30/04/1791 - 31/08/1791	8.404.398	7.970.451	433.947
31/08/1791 - 17/11/1791	8.147.262	7.736.935	410.327
31/11/1790 - 21/11/1791	35.511.512	35.101.185	410.327
21/11/1791 - 15/04/1792	24.176.530	24.176.530	0

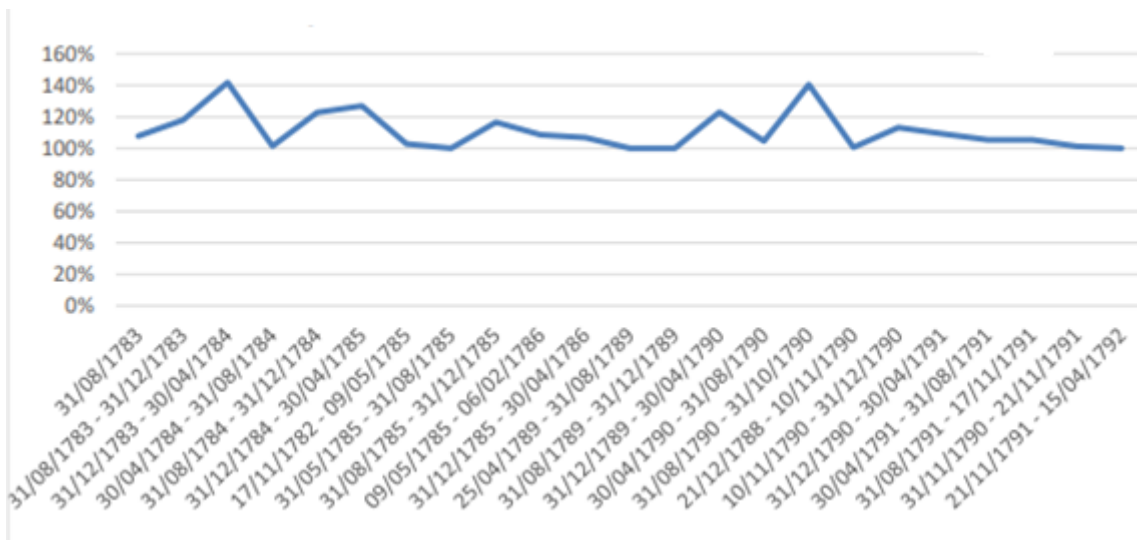
Fonte: ANTT

Gráfico 2 - Comparação entre Receitas e Despesas



No Gráfico 2 é apresentado os valores em reais e é possível observar que o Mosteiro mantinha sempre uma receita superior à despesa, de onde se conclui haver alguma disciplina em relação às despesas suportadas.

Gráfico 3 - Evolução de Rácio Receitas/Despesas do Mosteiro



No Gráfico 3 observa-se uma evolução do rácio entre os totais de receitas auferidas e despesas suportadas pelo Mosteiro ao longo dos anos estudados, que é uma aproximação à situação de liquidez do Mosteiro. No período analisado, o rácio oscila, mas com exceção do quadrimestre de 31/05/1785 a 31/08/1785, mantém-se sempre acima de 1, ou 100%, mostrando que as receitas quadrimestrais representam em média 1,11 vezes o valor das despesas quadrimestrais.

É possível assim concluir que o Mosteiro é autossuficiente em termos de tesouraria, pois termina quase sempre os quadrimestres com saldo positivo (em três quadrimestres, o saldo final é nulo e num outro, como se referiu acima, negativo).

6. Conclusão

6.1. Contributo

Esta investigação pretendeu descrever a contabilidade praticada no Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Com vista a alcançar este objetivo, visitou-se o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontram depositados as fontes de dados, alguns dos quais disponíveis também online. Para delimitar o objeto de estudo e recolher os dados necessários para realizar este estudo, foram analisados de modo breve trinta e quatro livros do Mosteiro, tendo sido selecionados depois dois deles, que foram lidos em pormenor e deles transcritos os dados para desenhar e redigir esta investigação: o *Livro da Bolsaria de 1783* e o *Livro da Bolsaria de 1789*, os dois disponíveis online. Respondendo ao repto do Professor Gonçalves da Silva, conclui-se que não houve alterações e que as práticas de contabilidade no Mosteiro de Alcobaça continuaram a adotar o regime de caixa (carga e descarga).

Os Livros da Bolsaria analisados incluem as receitas e as despesas do Mosteiro. As receitas estão organizadas por zona, sendo no total 38 zonas onde o Mosteiro possuía propriedades e terrenos seus ou sob o seu controlo. As despesas encontram-se arrumadas por centros de despesa que representam as principais atividades do Mosteiro à época. No fim de cada um dos livros está presente o capítulo “Termos” que consiste num balanço das contas e que apresenta o saldo de tesouraria final do período estabelecido, que seria quadrimestral, correspondendo ao Natal, Páscoa e Virtudes. Deste modo, e à semelhança

do Mosteiro de Arouca, era praticada uma espécie de auditoria interna periódica das receitas, despesas e saldos de final de período do Mosteiro.

A principal fonte de rendimento do Mosteiro eram as rendas recebidas do arrendamento dos muitos terrenos cuja propriedade ou posse detinha. Estes terrenos foram aumentando com o decorrer do tempo, quer por via de doações quer através de heranças recebidas.

Os principais centros de despesa eram a Celeiraria, o Cartório e as Obras. Apesar de serem os principais centros de despesa, Celeiraria e Cartório não têm registos em 1786.

Cada livro continha registos que abarcam períodos de cerca de três anos, a periodicidade escolhida para prestar contas. As receitas eram registadas por um escrivão que era um Frade e as despesas eram registadas pelo responsável da atividade a que se referiam as ditas despesas. Tanto as receitas como as despesas eram revistas por deputados e admite-se que houvesse uma última revisão pela preparação do balanço, tal não é referido em nenhum local do livro. As últimas páginas dos livros contêm o balanço das receitas e as despesas, dando a conhecer os saldos e permitindo concluir pelo equilíbrio de tesouraria do Mosteiro.

Privilegiando uma das metodologias da investigação em História de Contabilidade – a Tradicional – foi possível aprofundar o conhecimento da vida no Mosteiro a partir de dados contabilísticos, mostrando como a contabilidade é ela própria fonte de dados e apoio na investigação que nos ajuda a perceber um pouco mais sobre a vida dos nossos antepassados e ajuda a explicar como chegámos ao que vivemos atualmente. Foi fulcral para a investigação ter adotado principalmente o método de História de Contabilidade Tradicional ao invés de usar a Nova História da Contabilidade pois ao transcrever, descrever e analisar manuscritos, livros antigos, cartas e leis foi possível chegar a resultados relevantes e, a partir deles, fazer algumas interpretações.

Finalizando, este projeto acrescenta à literatura sobre História da Contabilidade monástica portuguesa mais um Mosteiro, confirmando ter este Mosteiro muitas semelhanças aos anteriormente estudados, mas também algumas particularidades. Em comparação com o Mosteiro de Arouca, é curioso perceber que embora este sendo um Mosteiro feminino, as práticas contabilísticas e o quotidiano eram bastante semelhantes ao

que era praticado e vivido no Mosteiro de Alcobaça, tendo isto possivelmente a justificação ou influência de ambos estes mosteiros pertencerem à mesma Ordem Monástica, a Ordem de Cister. Já o Mosteiro dos Jerónimos, sendo embora um Mosteiro misto como o de Alcobaça, tem algumas diferenças nestes aspetos, sendo um Mosteiro de uma ordem Monástica diferente.

6.2. Limitações do Estudo

A terminar, apontam-se algumas limitações sentidas nesta investigação. Uma dificuldade encontrada neste estudo, tal como noutros estudos históricos, foi a caligrafia, dado que a investigação assentou em dados manuscritos. Muitos dos documentos lidos e analisados contêm caligrafia pouco clara o que pode levar a erros de leitura ou, na maior parte das vezes, à incapacidade de ler o que está escrito, tornando a leitura mais lenta e morosa. Também alguma terminologia utilizada nos livros caiu em desuso, o que obriga a maior cuidado com o vocabulário e poderia em estudo mais amplo e aprofundado vir a justificar elaborar-se um glossário.⁶ Por outro lado, estando alguns dos 38 livros apenas disponíveis no ANTT, isso limita o período de trabalho do investigador, quanto a horários e acessibilidade. Os livros de bolsaria analisados em pormenor estão disponíveis em microfilme na Internet, o que obviou a essa dificuldade.

6.3. Sugestões para Investigações Futuras

Este estudo cingiu-se à análise de dois livros de receitas e as despesas do Mosteiro de Alcobaça, ambos do século XVIII. Eleger um período anterior e alargar assim o estudo a um intervalo de tempo mais amplo poderá cumprir o objetivo de conhecer e perceber melhor a vida no Mosteiro e a evolução da sua atividade e, ao comparar com o período estudado aqui, responder a dúvidas sobre a organização da contabilidade que esta investigação suscitou.

⁶ Alguns exemplos: foros – a pensão anual paga ao senhorio direto; laudémios – a pensão paga ao senhorio direto; a lmade – uma antiga medida de cereais ou líquidos, equivale a 25 litros; tulha – casa ou armazém onde eram armazenados os cereais.

Existem muitos outros livros do Mosteiro, a maioria ainda não disponíveis em formato digital. Justificar-se-á analisá-los no âmbito da História da Contabilidade e assim aprofundar ou alargar este estudo no futuro, quer observando livros de bolsaria relativos a outros períodos quer analisando outros livros de contabilidade que contenham outras informações para além das receitas e das despesas do Mosteiro. Seria também relevante explorar as comunidades cistercienses femininas, de modo a perceber se o género se reflete nas atividades desenvolvidas e no modo como estas se encontram organizadas.

Com uma história tão abonada como a do nosso país, a literatura sobre história da contabilidade praticada no geral, não só em Mosteiros, pode ser melhorada. Assim, aprofundar o conhecimento sobre as várias ordens religiosas e fazer uma comparação da maneira como eram as suas vivências e costumes a partir dos registos de contabilidade poderá ser objeto de futuras investigações.

Bibliografia

Almeida, J. M. e Marques, M. d. (2002). A Contabilidade Pública em Portugal da Monarquia (1761) à II República (2002). *Economia Global e Gestão*. VII: 99-117.

American Accounting Association, (1970). Committee on Accounting History. *The Accounting Review*, 45: 53-64.

Amorim, J. L. (1929). *Lições de Contabilidade Geral*. Porto: Ed. Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.

Araújo, D. (2010). *A Contabilidade no Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo nos Séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em Contabilidade. Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16518>

Arquivo Nacional Torre do Tombo. (n.d.). *Arquivo Nacional Torre do Tombo*. Retirado de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1458834>

Belkaoui, A. (1994). *Accounting Theory*, 3ª edição. London, The Dryden Press.

Carmona, S., Ezzamel, M., Gutiérrez, F. (2004). Accounting History Research: Traditional and New Accounting History Perspectives. *Spanish Journal of Accounting History*. 1: 24-53. DOI: <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v1i1.239>

Carnegie, G. (2005). O Passado da Contabilidade em Portugal. *Revista Contabilidade e Gestão*. 1(1): 15-17.

Carnegie, G.D. e Napier, C.J., (1996), “Critical and Interpretive Histories: Insights into Accounting's Present and Future Through its Past”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(3):7-39 <https://doi.org/10.1108/09513579610121956>

Carnegie, G. D. e Potter, B. N. (2000). Publishing Patterns in Specialist Accounting History Journals in the English Language, 1996-1999. *Accounting Historians Journal*. 27(2): 177-198. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.27.2.177>

Carvalho, C. (2019). *A influência das práticas contabilísticas no processo de criação da Diocese de Santarém*. Escola Superior de Gestão e Tecnologia, Santarém <http://hdl.handle.net/10400.15/2705>

Cavalcante, C. (2014). A economia institucional e as três dimensões das instituições. *Revista de Economia Contemporânea* 18(3): 373-392. <https://doi.org/10.1590/141598481833>

Coase, R. (1998). The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, 88(2), 72–74.

Conceição, O. A. C. (2001). Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? *Revista Análise Económica*, 19(36): 25-45. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10664>

Conceição, O. A. C. (2008). A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. *Economia e Sociedade, Campinas*, 17, (1) 85-105.

Cordery, C.J. (2015). *Accounting history and religion: A review of studies and a research agenda*. *Accounting History*, 20(4), 430-463. <https://doi.org/10.1177/10323732156105>

DiMaggio, P. J., e Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Journal of Sociology*, 48(2): 147-160. <https://doi.org/10.2307/2095101>

Dobie, A. (2008). An analysis of the bursars' accounts at Durham Cathedral Priory, 1278-1398. *The Accounting Historians Journal*, 35(2):181–208. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.35.2.181>

Dobie, A. (2011) A review of the granators' accounts of Durham Cathedral Priory 1294–1433: an early example of process accounting? *Accounting History Review*, 21(1):7-35 <https://doi.org/10.1080/21552851.2011.548178>

Dobie, A. (2015). The role of the general and provincial chapters in improving and enforcing accounting, financial and management controls in Benedictine monasteries in England 1215-1444. *The British Accounting Review*, 47:142-158. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.09.003>

Faria, A. (2008). An analysis of accounting history research in Portugal: 1990-2004. *Accounting History*, 13 (3): 353–382. <https://doi.org/10.1177/1032373208091532>

Llopis, E., Fidalgo, E. e Méndez, T. (2002). The 'Hojas de Ganado' of the Monastery of Guadalupe, 1597-1784: an accounting instrument for fundamental economic decisions.

Fernández, D. R., Rodríguez, E. G., & Stolle, A. R. (2005). La rendición de cuentas en la Orden del Cister de Castilla: el Libro de Estados del Monasterio de Oseira (1614-1832). *De Computis: Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 2(2), 181-198.
<https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v2i2.232>

Fleischman, R. K. e Tyson, T. N. (2003). Archival Research Methodology, in R. K. Fleischman, V. S. Radcliffe e P. A. Shoemaker (Ed). *Doing Accounting History, Vol. 6: Contributions to the Development of Accounting Thought (Studies in the Development of Accounting Thought, 6)*, (pp. 31-47). Oxford, Elsevier Science, Ltd.

Gomes, S. (2011). Um registo de contabilidade medieval do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1257-1259). *Medievalista 10* <https://doi.org/10.4000/medievalista.118>

Gomes, D., Maran, L. and Araújo, D. (2022). Accounting in the organisation and life of a religious institution: The Monastery of Santa Ana in the eighteenth century. *Accounting History*. June, 2022. <https://doi.org/10.1177/10323732221095628>

Gonçalves da Silva, F. V. (1985). *Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas*. Lisboa, 2.^a Ed., Petrony. 170-175.

Gonçalves da Silva, F. V. (1995). Bosquejo duma sucinta histórica da Contabilidade em Portugal. Separata de: *Revista de Contabilidade e Comércio*. LII (205): 117-128.
<http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20106>

Hernandez-Esteve, E. (2000). La contabilidade como instrumento de control y de política monetária en la monarquia hispana. *Moneda y monedas en la Europa medieval, siglos XII-XV*. 19-52

Hopwood, A.G. (1985). The tale of a committee that never reported: Disagreements on intertwining accounting with the social. *Accounting, Organizations and Society*, Volume 10, Issue 3, pp.361-377 [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(85\)90025-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(85)90025-X)

Jensen, M. e Meckling, W. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*. 305-360
[https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

Jensen, M., e Murphy, K. (1990). Performance pay and top-management incentives. *The Journal of Political Economy*, 98(2), 225-264 <https://doi.org/10.1086/261677>

Leardini, C., e Rossi, G. (2013). Accounting and power in religious institutions: Verona's Santa Maria della Scala monastery in the Middle Ages. *Accounting History*, 18(3), 415–427. <https://doi.org/10.1177/1032373213487336>

Lira, M. C. (2010). Caracterização da evolução da Contabilidade em Portugal: do século XII a meados do séc XVIII. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(2):52-68.
https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v5i2.13202

Liyanarachchi, G.A. (2009). Accounting in ancient Sri Lanka: some evidence of the accounting and auditing practices of Buddhist monasteries during 815—1017 AD. *Accounting History*, 14, 101 - 120. <https://doi.org/10.1177/1032373208098554>

Llopis, E., Fidalgo, E. e Méndez, T. (2002). The “Hojas de Ganado” of the Monastery of Guadalupe, 1597–1784: An Accounting Instrument for Fundamental Economic Decisions. *Accounting, Business & Financial History*, vol. 12, N.º 2, pp. 203-229.
<https://doi.org/10.1080/09585200210134929>

Lorenzo, P., Begoña, M. e Tua, J. (2004). Financial Activity of the Silos Monastery in the Light of its Accounting Books. *De Computis - Spanish Journal of Accounting History*. 1: 97-141 <https://doi.org/10.1177/10323732221095628>

Major, M e Vieira, R. (2008). Contabilidade e Controlo de Gestão. 2ª Edição, Escolar Editora.

Major, M. e Ribeiro, J. (2017). *A Teoria Institucional na Investigação em Contabilidade*. in *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática*, Vieira, Rui e Maria João Major, eds., Lisboa, Escolar Editora

Malheiro, M., (2018). *The accounting practiced in the Monastery of São Salvador de Palme during the eighteenth century*. Dissertação de mestrado em Contabilidade. Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59441>

- Martins, C., (2010). *The Accounting System of the Hieronymite Monastery of Santa Maria de Belém circa 1833*. Dissertação de Mestrado em Finanças. Nova School of Business and Economics. <http://hdl.handle.net/10362/10350>
- Maté, L., Prieto, M. B., e Tua, J. (2004). La actividad financiera del Monasterio de Silos en el siglo XVIII a la luz de sus libros de cuentas. *De Computis*, 1(diciembre): 97–141. <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v1i1.242>
- Maté, L., Prieto, M. B., e Tua, J. (2008). Contabilidad, información y control en un contexto de actividades económicas diversificadas en la edad moderna: El monasterio de Silos y su sofisticado sistema contable. *De Computis*, 9 (9): 136–229. diciembre. <https://doi.org/10.26784/.1886-1881.v5i9.151>
- Maté Sadornil, L., Prieto Moreno, M. B., e Santidrián Arroyo, A. (2017). El papel de la contabilidad monástica a lo largo de la historia en el orbe cristiano. Una revisión: The role of the monastic accounting throughout history in the Christian world. A review. *Revista de Contabilidad - Spanish Accounting Review*, 20(2), 143–156. <https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2016.10.003>
- Meyer, J. W., e Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 310-363. <https://doi.org/10.1086/226550>
- Montrone, A. e Chirieleison, C. (2009). Traces of double entry in a monastic community: the accounting of the Abbey of San Pietro in Perugia (1461-1464). *De Computis Revista Española de Historia de la Contabilidad*. 10: 239-263.
- Napier, C. J. (2006). Accounts of change: 30 years of historical accounting research. *Accounting, Organizations and Society*. 31:445-507. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2005.12.004>
- North, D. C. (1992). *Transaction Costs, Institutions, and Economic Performance* International Center for Economic Growth. São Francisco, USA: (pp. 13- 15).
- Oliveira, J. M. P. S. (2005). *A Contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825. Estudo de Caso do Modelo de Governação Económico-Administrativa de um Mosteiro Cisterciense Feminino*. Maia, Editora R.I.R.S.M.A

Oliveira, P. (1951). Origens da Ordem de Cister em Portugal. *Revista Portuguesa de História*, 5 Imprensa da Universidade de Coimbra. Origens da Ordem de Cister em Portugal <http://hdl.handle.net/10316.2/47079>

Previts, G. J., Parker, L. D. and Coffman, E. N. (1990). An Accounting Historiography subject matter and methodology. *Abacus* 26(2): 136-158. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1990.tb00250.x>

Prieto, B., Maté, L. e Pereda, J. T. (2006). *The Accounting Records of Monastery of Silos throughout the Eighteenth Century: the Accumulation and Management of its Patrimony in the Lights of its Accounts Books*. *Accounting History*, Vol. 11, n.º 2, pp. 221-256. <https://doi.org/10.1177/1032373206063115>

Ribeiro, V. (2015). *A contabilidade no Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Braga nos séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em Contabilidade. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/34961>

Rodrigues, R. (2017). *Tempos de mudança, tempos de perda: o património conventual português no século XIX. Testemunhos de vandalismo*. Artigo da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/38065>

Rodríguez, E., Fernández, D., Stolle, A. (2007). The cash flow on a monastic economy. An oseira abbey's community ark study (1614-1698). *De Computis - Revista Española de Historia de la Contabilidad*. <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v4i6.181>

Ross, S. (1973). The economic theory of agency: the principal's problem. *American Economic Review*, 63(2), 134-139. <https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2016.10.003>

Scapens, R. W., Ryan, B., e Theobald, M. (2002). *Research Methods and Methodology in Accounting and Finance* (2nd Edition). Thompson Learning.

Scapens, R. W. (1990). Researching management accounting practice: The role of case study methods. *British Accounting Review*, 22(3), 259–281. [https://doi.org/10.1016/0890-8389\(90\)90008-6](https://doi.org/10.1016/0890-8389(90)90008-6).

Scott, W. R. e Meyer, J. W. (1991). The organization of social sectors: Propositions and early evidence, em: W. W. Powell e P. J. DiMaggio (Eds) *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, pp. 108-140.

Serapicos, A., Leite, J., Fernandes, P., (2016). *A teoria da agência, o desempenho organizacional, a remuneração do CEO e a criação de valor para o acionista: gaps teóricos na literatura*. Artigo do Instituto Politécnico de Bragança. <http://hdl.handle.net/10198/16380>

Simões, A. e Azevedo, J. (2012). *A abordagem da velha economia institucional na investigação em contabilidade e controlo de gestão contributos teóricos*. Artigo do Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/13261>

Silva, M., (2010). *A contabilidade do Mosteiro de S. Martinho de Tibães nos séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em Contabilidade Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16818>

Siti-Nabiha, A.K. e Scapens, R.W. (2005). Stability and change: An institutionalist study of management accounting change. *Accounting, Auditing e Accountability Journal*, 18(1), 44- 73. <https://doi.org/10.1108/09513570510584656>

Williams B. e Wines G (2006) The first 10 years of Accounting History as an international refereed journal: 1996–2005. *Accounting History*. 11(4): 419–445. <https://doi.org/10.1177/1032373206068705>

Coutos de Alcobaça, As Cartas da Povoação, (séc. XII) 1153-Doação do Couto de Alcobaça aos monges cistercienses https://cctic.es.ipsantarém.pt/red/hist/ficha_documento.php?cod=9

Anexo

Anexo I - Teorias Explicativas Usadas em História da Contabilidade

Sendo a Teoria Institucional maioritariamente utilizada nas investigações na área da Contabilidade de Gestão, ela vem sendo cada vez mais utilizada na área de Contabilidade Financeira. Existem atualmente três teorias relacionadas com o contexto institucional que mais têm sido utilizadas em investigações e irão ser abordadas as três neste capítulo. E em Começando pela Nova Economia Institucional, como o próprio nome indica, esta teoria caí numa vertente de Ciência Económica sugerindo “o desenvolvimento dos modelos económicos, introduzindo pressupostos e acrescentando variáveis que de algum modo têm em consideração o contexto institucional” (Major e Ribeiro, 2017, pág. 34).

Não se pode falar de Nova Economia Institucional sem mencionar a teoria de agência, que é uma teoria sugerida por Jensen e Meckling (1976) para conseguir explicar como é que as despesas da firma podem afetar o comportamento da gerência da empresa e a sua estrutura. Vários autores abordaram esta teoria, mas num âmbito mais económico e menos contabilístico e, nesta vertente, a teoria não representa uma teoria de agência, mas sim de mercados onde as empresas são importantes intervenientes. Esta discussão sobre a teoria de agência é uma consequência da revolução industrial (falada anteriormente) pois proporcionou uma divisão entre proprietários, que eram os donos da propriedade, e os gestores, que tinham o controlo sobre a propriedade. Esta relação foi denominada de “Relação de agência” (Ross, 1973) e, segundo o autor, para se aplicar esta relação são indispensáveis haver pelo menos duas partes interessadas nesta relação. Havendo duas partes, uma delas é a agente, a outra a principal e a agente atua conforme seja benéfico para a principal, nomeadamente na tomada de decisão. Jensen e Murphy (1990) acrescentam ainda que a relação entre CEO e acionistas é a mais comum relação de agência.

As bases da Nova Economia Institucional foram iniciadas por Coase através da teoria de despesas de transação (North, 1992). Coase (1998) define as despesas de transação como a despesa de se levar uma transição adiante através de uma troca de mercado”, ou seja, são todos as despesas relacionados com uma transação económica, desde a procura de oportunidade de negócio até aos gastos contratuais obtidos pela própria negociação. O objetivo dos agentes económicos é a minimização destas despesas e a hierarquia da firma tem um papel importante neste capítulo de poupança. “Haverá com efeito um sistema ou

sistemas ótimos (ou seja, minimizadores de despesas) num contexto organizativo específico.” (Major, M., 2008, pag. 35)

Segundo Major (2008, pag. 35), “a teoria que eventualmente mais terá influenciado a investigação em Contabilidade de Gestão é a Teoria dos Mercados e Hierarquia. Esta teoria, por sua vez é uma evolução da chamada Economia das despesas de transação, procura uma consideração dos aspetos institucionais que promovem a coordenação da atividade económica nas organizações.”.

Spicer (1995) refere que para melhorar processos de transação numa organização é necessário apresentar soluções hierárquicas e de organização internas tais como a definição de subunidades independentes. Menciona ainda que “(...) os sistemas ou “temas” usualmente associados à Contabilidade de Gestão podem ser encarados como soluções para diferentes formas de organização (...)” (Spicer e Balyyew, 1983, pag. 75).

Velha Economia Institucional

A Velha Economia Institucional é denominada assim pois é automaticamente associada a autores como Thorstein Veblen ou Clarence Ayres que são autores que realizaram obras entre o século XIX e o século XX. Existe até uma revista que apenas publica artigos realizados conforme a Velha Economia Institucional, chama-se Journal of Economic Issues. Simões A. e Rodrigues J. (2012) afirmam que existem três pilares para a caracterização da Velha Economia Institucional, são eles o Hábito, Regras e Instituição. Desta maneira, e segundo Hodgson (1998), esta teoria defende que o hábito é a base do dia-a-dia do ser humano e, conseqüentemente, o hábito afeta o comportamento de cada um enquanto na teoria anterior (Nova Economia Institucional), é defendido que o comportamento humano é baseado em racionalidade. As regras, ainda segundo Hodgson (1998, p. 185), “(...) são padrões condicionais ou incondicionais de pensamento ou comportamento que podem ser adotadas consciente ou inconscientemente pelos agentes. Geralmente as regras têm a forma: em circunstâncias X, fazem Y. Hábitos podem ter uma qualidade diferente: seguir regras pode ser consciente e deliberativa, enquanto a ação habitual é caracteristicamente não examinada.”. Por último, o conceito de instituição, citando Scapens (2006, pag. 17): “(...) instituições são as rotinas que ao longo do tempo foram dissociadas das suas históricas, noutras palavras, ao longo do tempo foram tidas como garantidas.”.

Posto isto, um dos principais objetivos da Velha Economia Institucional é conseguir perceber a maneira como estes três pilares são replicados e transmitidos para a sociedade, sendo assim necessário avaliar a evolução destas variáveis ao longo do tempo.

Nova Sociologia Institucional

As primeiras obras onde esta teoria foi predominante surgiram nos anos 1977 e 1983 por Meyer e Rowan em “Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony” e por DiMaggio e Powell em “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields,” respetivamente. Quando surgiu, a Nova Sociologia Institucional foi apenas aplicada a estudos sobre as alterações da contabilidade praticada em organizações sem fins lucrativos, mas autores como Scapens, Hopper, Major e Ribeiro já realizaram estudos onde é possível verificar que esta teoria pode ser aplicada também a empresas com fins lucrativos.

A ideia base da Nova Sociologia Institucional é “(...) de que as organizações estão ligadas e são marcadamente influenciadas pelos múltiplos aspetos do ambiente externo em que operam.” (Simões, A. e Azevedo, J., 2012, pag. 13). Para complementar esta afirmação, Scott (1991) sugere ainda que os aspetos culturais do ambiente que envolve a organização, exerce pressão e afeta os sistemas organizacionais da mesma.

Muitos dos estudos realizados com a Nova Sociologia Institucional, investigaram a mudança das práticas contabilísticas nas organizações e chegaram à conclusão que a adoção de novas práticas derivou de pressões externas, exemplo disso é Siti-Nabiha e Scapens (2005) que estudam a adoção de um sistema de gestão baseada em valor.